

Propaganda de cerveja divide integrantes do Conselho de Comunicação Social

PÁGINA 6

Delegado, motorista e servidores complicam situação de Palocci

PÁGINA 15

Duda Mendonça volta à CPI para explicar contas no exterior

PÁGINA 14



Gilberto Mestrinho (C), presidente da Comissão de Orçamento, acompanha negociações

## Acordo de R\$ 5,2 bi não desata Orçamento

O pacto que destinou recursos para compensação aos estados exportadores não garante a votação da proposta orçamentária

PÁGINA 3

### A busca de uma fórmula para quitar os precatórios

Proposta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, reabre debate sobre o desafio de compatibilizar capacidade de pagamento de União, estados e municípios com direitos dos credores.

PÁGINAS 4 E 5

### 180 anos do Senado: três golpes de Estado no início da República

PÁGINA 20

### e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

### SANEAMENTO

## Projetos visam garantir serviço de água e esgoto para todos

PÁGINAS 12 E 13



Esgoto a céu aberto: tratamento só chega a 28% da população brasileira

### cidadania

## Previdência: o futuro mais seguro

A importância de ser previdente, de poupar para enfrentar dias difíceis ou ter velhice mais tranquila, é demonstrada até por fábulas como a da cigarra e da formiga.

PÁGINA 24

## Uma chance à aposentadoria das donas-de-casa

PÁGINA 7

## Para valorizar a pessoa com deficiência

“Com as Nossas Diferenças Somos Todos Iguais” – esse é o título da campanha que o Senado lança simultaneamente ao Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência.

PÁGINA 2



**ORÇAMENTO** Votação da lei orçamentária agora depende de definição sobre ressarcimento para estados que exportam

# Queda-de-braço com governadores



Quem pensou que o acordo para assegurar R\$ 5,2 bilhões aos governadores fosse resolver o impasse

na tramitação do Orçamento da União cometeu um equívoco. São tantas interpretações desencontradas sobre o texto acertado entre os líderes partidários na última quinta-feira que dificilmente a tramitação do projeto da lei orçamentária de 2006 avançará esta semana.

Com reunião agendada para as 10h desta terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá começar a discutir o relatório geral do deputado Carlito Merss (PT-SC), lido na semana passada depois que os líderes amarraram um frágil consenso sobre como compensar as isenções tributárias estaduais nas exportações.

Só que, no dia seguinte, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que congrega os secretários de Fazenda dos estados, estará reunido em Brasília para debater com o governo a regulamentação definitiva de repasses da União. O cruzamento dessas agendas poderá atrapalhar a votação do relatório geral na comissão, admite Merss.

– Como os parlamentares vão votar algo que para os governadores não é líquido e certo? – questiona a coordenadora do Confaz, Lina Maria Vieira.

Mesmo que os integrantes da CMO tenham batido o martelo em relação ao acréscimo de R\$ 1,8 bilhão para atender os governadores, completando os R\$ 5,2 bilhões concedidos no ano passado, ainda falta verificar se os próprios parlamentares – e os governadores – aceitam as condições negociadas na reunião de líderes. “O acordo pode mudar”, reconhece Merss.

O texto propõe revisão dos



Merss (C), na foto com Heráclito, corre o risco de não ter relatório aprovado; Mestrinho (D) ameaçou renunciar à presidência da CMO

critérios para a partilha dos ressarcimentos federais aos estados. Metade do valor seria distribuído de acordo com os coeficientes da Lei Kandir e a outra metade pelos critérios de rateio usados na lei de fomento às exportações (Lei 11.131/05) e na MP 271/05, que assegurou a segunda parcela de R\$ 900 milhões para compensar os estados pelas perdas de 2005.

A proposta alinhavada pelo relator setorial da área da Fazenda, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), foi endossada pelas bancadas dos estados pobres, que conquistarão um reforço de caixa. Mas dificilmente passará pelo crivo de governos fortes como São Paulo, Minas Gerais,

Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, que são os que mais perdem com os novos critérios (ver quadro abaixo).

A coordenadora do Confaz informa que a revisão dos critérios será debatida pelos secretários na reunião de quarta-feira. E a proposta de Anivaldo, observa, também estará na mesa de negociação. Mas ela antecipa que os estados que perdem não devem aceitar os critérios do relator setorial.

Além disso, os secretários ainda não se acertaram sobre os parâmetros para o rateio dos recursos

do fundo que será regulamentado em lei complementar. O anteprojeto entregue ao Ministério da

## Proposta de relator setorial da Fazenda foi endossada por estados pobres

Fazenda prevê, por exemplo, que um dos parâmetros seja a balança comercial dos estados. O que, segundo Lina, não é aceito por Mato Grosso e Maranhão.

Outra questão está emperrando o entendimento entre governadores, Congresso e Executivo. Há concordância de que é necessário encontrar solução definitiva para os repasses federais da chamada Lei Kandir. Mas o difícil é convencer a todos

do quanto será necessário ceder.

Pelo anteprojeto do Confaz, a ser discutido com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) nesta quarta-feira – quando ele receberá os secretários para definir o texto da proposta que deverá apresentar no Senado –, o valor pleiteado alcança R\$ 8,27 bilhões este ano – quantia de que os secretários não querem abrir mão.

Para complicar mais a situação, Merss quer vincular a liberação das compensações à regulamentação do fundo da Lei Kandir. Anivaldo assegura que Merss retirou esse condicionamento. Mas o relator adiantou ao **Jornal do Senado** que irá insistir na determinação.

## Governo propõe alternativa para investir

Com a perspectiva de ter somente três meses para realizar novos investimentos, antes da suspensão imposta pela lei eleitoral a partir de julho, o governo resolveu se prevenir diante dos entraves para aprovar o Orçamento ainda este mês. Na semana passada, encaminhou ao Congresso Nacional projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), incluindo os investimentos e as inversões financeiras na autorização para executar um doze avos das despesas orçadas na proposta do Executivo.

Essa flexibilidade só estava prevista para os gastos com custeio da máquina e as obrigações legais da União. “Foi uma saída para poder administrar o país sem Orçamento”, justifica

o relator-geral, deputado Carlito Merss. Segundo ele, a medida beneficia as estatais que estão com sua programação de investimentos atrasada em função da falta da lei orçamentária deste ano.

### “Foi uma saída para administrar o país sem Orçamento”, afirma Merss

Mas a mudança na LDO, se aprovada, viabilizará as transferências voluntárias aos estados e aos municípios, que dependem de recursos federais para

tocar obras de infra-estrutura e as de caráter social, como escolas, creches e quadras poliesportivas. Merss diz que tem recebido apelos “desesperados” de prefeitos e de alguns governadores para apressar a votação do Orçamento. “A União sobrevive melhor sem a lei orçamentária do que os estados e os municípios”, compara o relator-geral.

Merss aposta que os coordenadores das bancadas na Comissão Mista de Orçamento consigam fechar acordo nesta terça-feira para definir corte linear de 12,5% nas emendas coletivas, o que asseguraria R\$ 900 milhões para atender os estados exportadores e outros R\$ 74,5 milhões para acolher pedidos de alguns ministérios que ficaram com seu orçamento comprometido, como o da Defesa, que sofre com a falta de dinheiro para as três Forças.

### Bancadas de estados pobres reclamam

Outra alternativa na mesa de negociação prevê cortes de 9% nas emendas de bancada e 25% nas de comissão. Mas os estados mais pobres protestaram, por meio de suas bancadas, contra a perda de recursos para beneficiar os estados exportadores, que são os que mais recebem com a Lei Kandir.



## Quem ganha e quem perde

Pelo acordo de líderes, haverá mudanças na partilha dos recursos federais para ressarcir os estados exportadores - Em R\$ milhões

Estados	Compensações 2005	Acordo para 2006	Diferença com novos critérios
SP	1.282,53	1.132,82	-149,71
MG	590,77	555,10	-35,67
RJ	261,79	242,59	-19,20
RS	491,45	477,73	-13,72
PR	507,05	499,39	-7,66
PA	343,07	394,70	+51,63
MT	191,80	232,19	+40,39
ES	282,83	310,01	+27,18
SC	234,66	255,96	+21,3
AL	86,79	105,94	+19,15

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara/ Relatoria Setorial

## PRECATÓRIOS Novas regras devem acabar com o comércio paralelo desses títulos de crédito em estados e municípios



Apresentação da proposta foi acertada em reunião de Renan Calheiros (C) com os líderes

# Senado propõe saída para os precatórios



Compatibilizar a capacidade de pagamento da União, estados e municípios com o direito de os credores de precatórios receberem o que lhes é devido é o desafio do debate iniciado com a apresentação, na semana passada, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/06. Os idealizadores da proposição, entre eles o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, acreditam que a fórmula sugerida vai permitir que os precatórios pendentes sejam quitados em prazos que variam de três anos, no caso do Rio de Janeiro, a 59 anos, no caso do Espírito Santo (*veja matéria e quadro*).

A grande inovação da proposta é a determinação de que 3% da despesa primária líquida da União e dos estados e 1,5% da dos municípios sejam reservados para o pagamento dos precatórios. Do montante total, 70% serão usados em leilões organizados pela Fazenda Pública, para

pagar os precatórios de quem aceitar receber menos que o valor determinado pela Justiça.

Os credores podem até não concordar com a sistemática, mas terão que esperar na fila pelo pagamento, que será feito com os 30% restantes. Nesse caso, os débitos de menor valor passarão a ser os primeiros da fila, independentemente da data de emissão, que serviria apenas como critério de desempate. A sistemática tem como objetivo evitar o trancamento da fila que acontece hoje, quando, frente a um precatório de alto valor, a administração pública alega falta de recursos.

Apesar de não estabelecer uma regra específica que dê prioridade aos precatórios de natureza alimentar, os autores da PEC acreditam que esses estarão entre os primeiros a ser quitados, já que seu valor é, em média, duas vezes menor que os demais.

A idéia é fazer com que esse modelo acabe com o comércio

paralelo de precatórios disseminado por estados e cidades brasileiros (*veja matéria*). Dessa forma, em vez de devedores de impostos se valerem dos precatórios atualmente desacreditados, vendidos com desconto de até 80%, a administração pública se beneficiaria desse deságio.

### Dívidas relativas a salário poderão ter prioridade no pagamento

Para isso, a minuta de projeto de lei preparada pela Assessoria Econômica do STF para regulamentar o que determina a proposta de emenda constitucional estabelece que, quanto maior o desconto aceito pelo credor, mais rapidamente ele deve receber.

A adesão dos estados e municípios a esse "regime especial de pagamento de precatórios" não é obrigatória. Uma vez adotado o modelo, os recursos equivalentes devem ser depositados em uma conta criada para esse fim. A partir de então, esse dinheiro só poderá ser utilizado para o pagamento dos precatórios em abril e setembro de cada ano.

## Especialistas acham que medida desrespeita o direito adquirido

Mal entrou em tramitação, a PEC que altera o pagamento dos precatórios já é alvo de críticas de especialistas, que tomaram conhecimento da proposta quando das discussões na Presidência do STF. Eles reclamam que os credores de precatórios continuariam desrespeitados.

Para o advogado tributarista Elvis del Barco Camargo, a proposta é inconstitucional, pois fere cláusulas pétreas da Carta de 1988. Na sua opinião, não se pode cancelar o direito de quem já tem uma sentença judicial transitada em julgado, com base em outra legislação.

"Esse é o conceito básico do direito adquirido. Essas regras só devem valer para as sentenças proferidas daqui para frente", analisou Camargo.

Na mesma linha, o especialista em Direito Civil Marcelo Reis Lobo criticou a possível retirada de direitos dos cidadãos que têm precatórios a receber, como a quebra da ordem cronológica e a institucionalização do deságio.

– Depois de passar tanto tempo lutando por seu direito no Judiciário, a proposta de pagamento com desconto chega a ser imoral para o credor – comentou Reis Lobo.

Ele também apontou a falta de legitimidade da proposta, argumentando que não houve qualquer consulta aos credores de precatórios. O especialista afirmou que o presidente do STF, Nelson Jobim, conversou apenas com os devedores, em referência a reuniões que manteve ao longo do ano passado com governadores e prefeitos para tratar do assunto. Reis Lobo, que participa de grupos para discussão do assunto na OAB de São Paulo e na Fiesp, disse esperar que o Senado ouça os "credores injustiçados".

Ele também condenou a fixação de um percentual da receita de estados e municípios para o pagamento das dívidas.

– Significa dizer que, mesmo

J. FREITAS

## O que são essas dívidas

Precatório é o documento expedido pelo juiz ao presidente do tribunal para que comunique ao chefe do Executivo a existência de dívida da União, estado, Distrito Federal ou município. Pela lei, o valor do débito deve ser incluído no orçamento do ano seguinte. Ou seja, se uma pessoa obtém, por meio de sentença judicial, o reconhecimento de que a Fazenda Pública lhe deve algo, essa é a forma legal para que a dívida seja quitada.

Precatórios de natureza alimentícia são aqueles que se destinam ao sustento do credor e sua família. Dizem respeito aos salários, pelos quais o trabalhador mantém a alimentação, vestuário, transporte, moradia, educação, lazer, entre outros. A quase totalidade dos precatórios de natureza alimentícia diz respeito a sentença da Justiça do Trabalho, condenando algum órgão da administração pública direta ou indireta.

## Arrecadação é insuficiente para estado fazer pagamento

Atualmente, o problema dos precatórios é uma bola-de-neve. Segundo estimativas da Assessoria Econômica do STF, os estados destinam em média cerca de 0,5% da receita corrente líquida para pagamento dessas obrigações. Porém, a cada ano, novos precatórios somam R\$ 3,2 bilhões, ou cerca de 2% da receita corrente líquida dos estados. Dessa forma, o estoque da dívida só tende a aumentar.

Até junho de 2004, o total de precatórios pendentes era estimado em R\$ 61 bilhões, 73% dos quais de responsabilidade dos estados (*veja quadro*). Uma dívida que equivale a cerca de 4% do produto nacional bruto ou a 23% da receita corrente líquida dos estados.

Como os governadores não cansam de repetir, as finanças dos estados estão combalidas e sem margem de manobra. Parte da explicação advém do fato de a receita corrente líquida dos estados estar vinculada a despesas com folha de pagamento, saúde, educação e parcelas da renegociação da dívida. Esse percentual passa de 85% em alguns casos, restando uma pequena parte para outros gastos, inclusive precatórios.

Sem solução, a tensão entre Judiciário, credores de precatórios e entes da Federação vem aumentando e dando margem até para o aparecimento de um mercado negro em torno de

precatórios (*veja matéria*).

### Justiça ainda não recorreu a intervenção

Porém, uma das medidas para obrigar os estados a não ficarem inadimplentes – intervenção estadual – jamais foi determinada pela autoridade competente, o Supremo Tribunal Federal, em casos que envolvam precatórios.

Apenas em alguns casos, o Judiciário defere pedidos de seqüestro de bens públicos para o pagamento de precatórios, o que, se por um lado cumpre o direito, por outro, desarruma ainda mais as contas dos estados e municípios. Em outros casos, prefeituras tiveram que suspender a merenda escolar e atrasar folhas de pagamento.

## Total de precatórios à espera de quitação

UF	Municipal	Estadual
AC	47.221.380,03	109.979.180,59
AL**	149.025.961,83	55.234.296,97
AM	116.574.237,20	36.513.866,07
AP	2.635.679,27	27.325.048,67
BA**	518.521.027,17	557.687.758,26
CE	90.176.858,94	469.872.201,42
DF	10.098,69	2.429.178.278,08
ES	1.090.630.121,54	6.975.143.012,33
GO	140.250.991,56	906.816.445,84
MA	75.149.618,51	72.155.113,82
MG	733.456.200,93	3.000.000.000,00
MS	45.688.795,97	276.857.909,75
MT	375.279.490,35	2.223.516.346,55
PA	11.851.165,12	0,00
PB	41.132.608,23	139.780.416,80
PE	82.106.953,07	83.795.301,56
PI	29.564.852,85	139.758.471,93
PR	4.560.640.552,90	6.940.496.196,47
RJ	303.485.459,41	1.322.801.846,60
RN	176.178.115,93	112.409.055,17
RO	122.175.310,98	318.822.635,00
RR	6.558.060,42	2.043.722,09
RS	194.399.508,30	2.329.490.913,33
SC	122.759.411,02	300.002.604,38
SE	64.580.151,51	71.831.233,96
SP	10.887.306.102,85	12.224.298.357,89
TO	10.126.502,26	11.373.963,94
<b>TOTAL</b>	<b>19.997.485.216,84</b>	<b>41.137.184.177,47</b>

\* A preços de junho de 2004.

\*\* O valor dos precatórios municipais e estaduais de AL e dos precatórios municipais da BA contempla apenas os valores referentes à Justiça do Trabalho.

**PRECATÓRIOS** Garantir pagamento de débitos judiciais da administração pública é preocupação do Legislativo

# Como equacionar justiça e orçamento



Os precatórios são motivo de incômodo constante dos legisladores. Depois de ter sido incluído no texto constitucional em 1988, o assunto já foi alvo de três emendas constitucionais (ECs 20, 30 e 37) e ainda é tema de diversos projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Senado.

Em proposta apresentada em 2003, o senador Efraim Morais (PFL-PB) sugere que se limite o percentual do orçamento de estados e municípios gasto com o pagamento de precatórios. Para Efraim, essa seria a forma de viabilizar o pagamento das dívidas do passado sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal ou impedir a capacidade de investimentos públicos.

Diferentemente da proposição subscrita pelo presidente Renan Calheiros (PEC 12/06), a PEC 23/03, do senador pela Paraíba, exclui do limite os precatórios de natureza alimentícia. Além disso, a proposta assinada por Renan estabelece tetos de 3% para estados e 1,5% para municípios sobre a despesa primária líquida, enquanto a PEC de Efraim sugere 2% sobre a receita corrente líquida para todos os entes federados. A PEC 23/03 também determina que os débitos excedentes ao limite fixado possam ser parcelados em até 60 meses. Depois de receber parecer favorável na CAE e chegar ao fim da discussão em primeiro turno, a PEC está parada desde 2003.

Efraim também é autor de projeto de lei que tipifica o crime de pagamento irregular de precatórios, com pena de dois a quatro anos de reclusão. Ele lembra que a Lei de Crimes Fiscais não previu esse crime, em geral cometido por governantes pouco antes de deixarem seus mandatos. Efraim explica que há muitos casos em que, contrariando a lei, os pagamentos de precatórios são feitos em fim de mandato e fora da ordem.

## Gastos com publicidade ficariam condicionados

Projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) prevê que despesas das empresas públicas com publicidade ficarão condicionadas ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia (PLS 262/05). Seria uma maneira de fazer com que empresas públicas não gastem com propaganda valores maiores do que os destinados a pagamento desses precatórios. O projeto não afeta a publicidade necessária a orientar a população em casos de grave e urgente necessidade pública, como epidemias ou enchentes. Crivella diz não concordar com a rotina de não-pagamento de precatórios de natureza alimentícia.

– Em geral, os credores são cidadãos ou famílias que dependem desses recursos para sobreviver. E depois de anos de penosa espera pela sentença final, muitos dos beneficiários dos



Setembro de 2005: presidente do STF, Nelson Jobim (D) apresenta a governadores sugestão para viabilizar pagamento de precatórios

precatórios de natureza alimentícia precisam contar com a boa vontade dos governantes de lhes pagar. E vemos administrações públicas gastarem fortunas com publicidade, quase sempre com propósito eleitoral – analisa.

O projeto de lei (PLS 43/04) também foi apresentado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) para apressar a liquidação de precatórios. Os credores utilizariam os precatórios, na forma de certificados, para compensar débitos junto à Fazenda Pública nas três esferas de governo. Os certificados poderiam ser endossados a terceiros, pois teriam liquidez garantida. Assim, seria possível usá-los na aquisição de bens imóveis novos e na compra de instrumentos de trabalho por trabalhadores autônomos.

A proposta (PEC 1/03) estabelecendo que os pagamentos de obrigações devidas pelo Estado aos idosos sejam feitos em espécie foi aprovada em primeiro turno em 2005, mas está parada na CCJ, onde aguarda votação da redação para o segundo turno, apresentada depois de mais de um ano nas mãos de Aloizio Mercadante (PT-SP). O autor da proposição, Maguito Vilela (PMDB-GO), diz que é comum idosos esperarem a quitação do débito “até o fim de suas vidas”. Nesse sentido, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apresentou proposta (PEC 29/05) para que maiores de 60 anos que têm precatórios a receber tenham preferência.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) propõe (PEC 51/04) que o presidente do tribunal que tenha emitido precatórios possa determinar o seqüestro da quantia necessária para sua quitação. A proposta determina também que toda a autoridade pública que deixar de pagar precatórios deverá responder por crime de responsabilidade.

## Compra e venda de precatórios com deságio

Em alguns estados e municípios, os precatórios são utilizados para compensação tributária ou para depósito de garantia processual. Assim, é criado um mercado paralelo, pelo qual quem deve ao Estado “compra” os direitos de credores de precatórios. Na

avaliação do advogado Marcelo Reis Lobo, sonegadores se valem da fragilidade do credor, muitas vezes em idade avançada, para comprar os créditos.

O advogado tributarista Elvís Del Barco Camargo conhece a sistemática, em Goiás e no Distrito Federal, de usar precatórios para quitar débitos de

empresas com o fisco. Segundo Camargo, trata-se de um bom negócio para quem tem dívida com o Estado, mas a permissão legal é um estímulo à sonegação. No caso do DF, lei complementar permite que dívidas tributárias vencidas há mais de um ano sejam pagas com precatórios.

Camargo defende o uso dos precatórios para quitar qualquer dívida, até as que ainda estão por vencer. Assim, a arrecadação seria reduzida na mesma proporção da inadimplência.

Para os idealizadores da PEC 12/06, uma abertura muito grande à compensação de dívi-

das tributárias com precatórios pode levar a redução brusca na arrecadação de estados e municípios. A proposta apresentada institucionaliza essa possibilidade, mas com limitações: a compensação poderá ser feita somente se o credor e o devedor forem a mesma pessoa física ou jurídica, com dívida da Fazenda Pública ativa com execução fiscal sem embargos ou com sentença transitada em julgado em favor do Estado.

Por conta desse dispositivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, primeiro subscritor da PEC, alertou o Plenário do Senado na semana passada.

– É preciso que todos fiquem atentos ao crescimento de um mercado negro de compra de precatórios – afirmou.

### A existência de mercado paralelo foi alertada por Renan Calheiros

## Problema é anterior à Constituição de 1988

A dificuldade de pagamento dos precatórios pelos estados e municípios já havia sido detectada pela Constituinte, que abriu a possibilidade de parcelamento dos débitos e, nas disposições transitórias, permitiu a emissão de títulos públicos para obtenção de recursos para pagamentos.

Porém, o abuso na emissão de títulos por estados e municípios levou à proibição dessas operações até 1999, por emenda constitucional (EC 3/93). Com a permissão no Ato das Disposições Transitórias da Constituição (artigo 33), os estados começaram a emitir títulos com a justificativa de que os recursos seriam utilizados para o pagamento de precatórios pendentes até a data de promulgação da Constituição.

Essa válvula de escape foi utilizada inclusive de forma fraudulenta, por meio da emissão de títulos “frios” para pagamentos de precatórios inexistentes ou de valores inferiores. A farsa foi descoberta pela CPI dos Precatórios, realizada entre 1996 e 1997.

Desde então, estados e municípios foram reduzindo o pagamento de precatórios, especialmente quando se deparavam com um de valor alto.

Para evitar a inadimplência oficial, a Constituição estabelece que, caso o estado ou município deixe de pagar dívida por dois anos consecutivos, estará sujeito a intervenção – o que nunca aconteceu.

### Para advogado, dívida com precatórios é uma moratória consentida

.....

No último caso analisado pelo Supremo Tribunal Federal, o estado de São Paulo era acusado de não pagar precatórios alimentícios. O julgamento foi colocado em pauta em agosto de 2002, e seis meses depois os ministros rejeitaram o pedido de intervenção, com voto contrário do então presidente da Corte-, Marco Aurélio Mello, por entenderem haver motivo de força maior para o não pagamento da dívida.

– A questão dos precatórios é meio cultural, do jeitinho brasileiro. Na prática, é uma moratória corroborada pelo próprio Judiciário – afirma o advogado Marcelo Reis Lobo.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Relatório condena novas restrições, mas não há consenso entre conselheiros

# Propaganda de cerveja em debate



O Conselho de Comunicação Social do Congresso voltou a debater, na semana passada, a regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas. Foi aprovado relatório contrário à adoção de novas e mais rigorosas restrições à propaganda na TV. Um consenso, porém, está longe de ser alcançado. A questão divide os conselheiros e é tema de 75 projetos em tramitação (dez no Senado e 65 na Câmara). No governo federal, um grupo interministerial chegou a propor, em 2003, a proibição de propaganda de qualquer bebida alcoólica antes das 23h, mas, entre o fogo cruzado do lobby da indústria cervejeira e a pressão de organizações da sociedade, não foi tomada uma decisão.

Tião Viana (PT-AC) sugere a regulamentação do decreto proposto em 2003. Já Heloísa Helena (PSOL-AC) cobra “coragem política” do governo para banir da TV mensagens que incentivem o consumo de álcool.

A propaganda de bebidas alcoólicas no Brasil é regulada pela Lei 9.294, de 1996. Segundo essa lei, bebida alcoólica é somente aquela com mais de 13° na escala Gay-Lussac, o que exclui as cervejas e a maioria dos vinhos. A principal restrição que apresenta é a redução do horário de publicidade na TV e no rádio, permitindo propaganda de álcool somente entre 21h e 6h.

“Lamentavelmente, sucessivos governos brasileiros têm cedido ao lobby dos produtores. Ficam com os empregos e as receitas de impostos hoje gerados e fecham os olhos para os prejuízos de amanhã”, afirma manifesto do Movimento Propaganda Sem Bebida, iniciativa da Aliança Cidadã pelo Controle do Álcool, que reúne centenas de organizações da sociedade.

A aliança quer recolher 1 milhão de assinaturas em defesa de um projeto que limite a publicidade de bebidas de qualquer teor alcoólico nos meios de comunicação e em eventos esportivos, culturais e sociais, pois entende que o anúncio do produto induz



Jovens são alvo preferencial da propaganda de cerveja, que, pela lei atual, não é bebida alcoólica

ao consumo.

Maguito Vilela (PMDB-GO) cita acidentes de trânsito e violência como alguns dos efeitos adversos do consumo imoderado do álcool. Para Iris de Araújo (PMDB-GO), seriam necessárias medidas rigorosas que advertam para os perigos do consumo exagerado

de bebidas alcoólicas.

A Aliança Cidadã defende a aprovação do PLC 35/00, que define bebida alcoólica como o líquido potável com qualquer teor alcoólico.

Autor de um dos projetos que tramitam apensados ao PLC 35/00, Geraldo Mesquita Júnior

(PSOL-AC) rechaça a alegação dos publicitários de que proibir propaganda de bebida feriria o princípio constitucional da liberdade de informação.

– Inconstitucional é a gente colocar uma questão comercial acima de uma questão de saúde pública nacional – declarou.

## Legislação em outros países

**EUA** - Lei federal proíbe a associação com atividades esportivas, bem como a utilização de atletas famosos consumindo álcool. Também são vedados o direcionamento a menores, a associação com maturidade e a sugestão de que a bebida melhora o desempenho físico.

**Chile** - Lei proíbe somente a indução ao consumo por menores.

**Argentina** - Desde 1997, lei proíbe que a propaganda seja dirigida a menores ou os mostre bebendo, sugira que o consumo de bebidas melhora o rendimento físico e intelectual das pessoas, e utilize o consumo de álcool como estimulante da sexualidade.

**França** - Totalmente proibida na televisão.

**Áustria** - Proibidas totalmente, inclusive em patrocínios de programas.

**Alemanha** - Destilados não são anunciados na TV, graças a acordo entre as emissoras.

**Rússia** - Propaganda proibida das 7h às 22h. Anúncios não podem transmitir a idéia de que beber leva ao êxito social, esportivo ou sexual, ou que melhora o estado físico ou psíquico.

**Espanha** - Bebidas com graduação alcoólica superior a 20° não podem ser anunciadas.

**Itália** - Desde 2001, vigora uma lei que proíbe a publicidade de álcool na TV e no rádio entre 16h e 21h.

## Conselho mantém direito à publicidade

Durante a reunião do Conselho de Comunicação Social, foi aprovado, por 6 votos a 3, o relatório do conselheiro Gilberto Leifert, presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, contrário às propostas de proibição da propaganda de bebidas alcoólicas na TV. Em seu texto, Leifert criticou as iniciativas – incluindo projetos de lei – que visam proibir ou censurar esse tipo de publicidade, afirmando que isso pode prejudicar a circulação de informações e a liberdade de expressão.

– A nocividade de um produto não pode ser atribuída à propaganda comercial – alega o conselheiro.

Mas a representante dos artistas no conselho, Berenice Isabel Bezerra, declarou que, “na ver-

dade, o que está em questão é a importância das receitas com publicidade de bebidas alcoólicas para o faturamento das empresas de rádio e televisão”. Para ela, o volume de propaganda dedicada ao consumo de bebidas alcoólicas é excessivo e “a mensagem publicitária induz ao consumo e padrões de comportamento”.

– O tom é sempre o mesmo: vai assistir ao jogo de futebol? Beba! Vai se divertir no Carnaval? Beba! Trabalhou duro hoje? Beba! – argumentou ela.

Esse é o terceiro debate que o Conselho de Comunicação Social promove sobre o assunto. Nos anteriores, representantes das emissoras de TV, das cervejarias e das agências de publicidade foram unânimes na opinião de que a propaganda de um produto

lícito não deve ser restringida.

Para o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Milton Seligman, a propaganda visa obter a fidelidade dos consumidores de uma marca e ganhar consumidores de uma outra marca. Já o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, José Inácio Pizani, enfatizou que, se o produto é lícito, sua publicidade não deve ser restringida. Para o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, a questão deve ser resolvida nos limites do código de ética por ele aprovado.

Segundo o conselheiro Paulo Machado de Carvalho, qualquer restrição a mensagens publicitárias apresenta conteúdo de censura.

## Regras para suco de fruta valem para cerveja e vinho

No Brasil, a publicidade de bebidas alcoólicas é regulada pela Lei 9.294/96, que trata também da propaganda de cigarros. O problema é que a lei define bebida alcoólica como aquela cujo teor alcoólico é superior a 13° Gay-Lussac (GL) – o que exclui da definição cervejas, bebidas *ice* e a maioria dos vinhos, “tratados, do ponto de vista legal, da mesma maneira que a propaganda de produtos como leite e suco de frutas”, explica o consultor legislativo do Senado Sebastião Moreira Júnior, autor de um estudo sobre o assunto.

Na lei, o artigo 4° veda a veiculação, nas emissoras de rádio e TV, da publicidade dessas bebidas das 6h às 21h, além de proibir a associação desses produtos ao esporte, à condução de veículos e ao desempenho saudável de

qualquer atividade. O artigo 5°, porém, abre exceções: a propaganda poderá ser feita em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou *slogan* do produto, para chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos.

Para as bebidas com teor alcoólico igual ou inferior a 13° GL, as únicas regras que lhes dão tratamento diferenciado de outros produtos estão contidas no Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, elaborado pelas agências de publicidade, anunciantes e veículos de comunicação. A observância das normas é voluntária e a sanção mais grave é a suspensão da propaganda considerada irregular.

**19 milhões de brasileiros são dependentes de álcool**

Na faixa etária de 12 a 17 anos, **48,3% dos jovens** já experimentaram bebidas alcoólicas

**78% das sugestões** recebidas pela consulta pública da Anvisa são a favor da proposta do governo de tornar mais rígidas as regras sobre publicidade de bebidas alcoólicas.

Fontes: Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas e Anvisa.

## Associação do álcool a eventos aumenta consumo entre jovens

Segundo documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado durante encontro internacional para discutir o assunto, em maio passado, na Espanha, exemplos do mundo inteiro atestam que a indústria de álcool se vale cada vez mais de associar seus produtos com eventos esportivos, musicais e culturais para apresentar as bebidas alcoólicas como uma parte normal e integral da vida e da cultura dos jovens.

– O fato é que as pesquisas apontam que os jovens tendem a responder a esse *marketing* agressivo em um nível emocional, mudando suas crenças e expectativas em relação ao beber. A apreciação que os jovens desenvolvem pela propaganda do álcool prediz

um beber mais freqüente e pesado por eles – diz a psicóloga Ilana Pinsky, coordenadora do ambulatório de adolescentes da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo.

O cidadão interessado em opinar sobre a publicidade de bebidas alcoólicas pode participar, até 17 de março, da consulta pública realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para a propaganda de bebidas, a proposta sugerida é apresentar advertências sobre os malefícios do álcool ([www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)).

Entre as frases sugeridas estão “O Ministério da Saúde adverte: cerca de 70% dos acidentes de trânsito fatais são causados pelo consumo de álcool. Se beber, não dirija”.

## COMISSÕES

# Aposentadoria para donas-de-casa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adotou três decisões importantes para o futuro da Previdência Social. Aprovou, em decisão terminativa, projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas-de-casa e o fim do chamado fator previdenciário. E deu parecer favorável à proposta de criação de aposentadoria especial aos portadores de deficiência.

Apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o projeto de lei do Senado (PLS 318/05) que estabelece a inclusão previdenciária das donas-de-casa foi aprovado por unanimidade pela comissão no momento em que se realizava, no Plenário, uma sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

– Milhões de donas-de-casa passarão a ter direito aos benefícios da Previdência – previu Tourinho, lembrando ter tomado a iniciativa de apresentar seu projeto depois da aprovação da chamada PEC Paralela da reforma previdenciária, que tinha entre seus objetivos a inclusão de setores até hoje afastados do sistema.

De acordo com a proposição, deverão pagar uma alíquota de contribuição de 11% para a Previdência o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico, desde que pertença a família de baixa renda, e o contribuinte



Dois dos projetos foram aprovados pela CAS em decisão terminativa. O terceiro ainda precisa ser examinado pelo Plenário

individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria. A proposta contou com parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que ressaltou o “grande interesse social” da iniciativa. A seu ver, o mecanismo de inclusão previdenciária ajudará a aumentar a receita da Previdência.

## Projeto extingue o fator previdenciário

Igualmente em decisão terminativa e por unanimidade, foi aprovado o PLS 296/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o

fator previdenciário, cálculo criado pela reforma da Previdência para estimular os segurados a retardar a sua aposentadoria. Pelo sistema atual, as aposentadorias de segurados mais jovens são menores do que as dos trabalhadores que decidem postergar a decisão de se aposentar, uma vez que se leva em conta a expectativa média de vida do segurado.

Pelo projeto, o benefício será calculado pela média aritmética dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses. Paim pretende resgatar os critérios anteriores de

cálculos, “evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas”. “Daqui para frente não tem mais essa de expectativa de vida”, comemorou Paim.

O relator do projeto, senador Mão Santa (PMDB-PI), anunciou que seu voto era pela aprovação da matéria, “com louvor”. Ele observou ainda que os benefícios previdenciários são eficazes na distribuição de renda e que “muitos sacrifícios já foram exigidos de aposentados e pensionistas”.

A CAS aprovou, finalmente, parecer favorável ao projeto de lei

(PLS 358/05) complementar do senador Flávio Arns (PT-PR), que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado portador de deficiência pelo Regime Geral da Previdência Social. Pelo texto, que será examinado pelo Plenário, fica aberta a possibilidade de aposentadoria por idade aos 55 anos, para os homens, e 50, para as mulheres, desde que o portador de deficiência tenha feito pelo menos 180 contribuições – no caso de ter-se inscrito depois de 1991 – e de 60 a 180 contribuições para os que se tiverem inscrito antes dessa data.

## CAE debate legalidade da Super-Receita

Apesar da palavra final ser da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a discussão sobre a constitucionalidade da criação da Super-Receita já começou a ser feita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto de lei que unifica as estruturas de arrecadação e fiscalização da Previdência e da Receita Federal, informou que, com a presença do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre os nove participantes da audiência desta terça-feira, o debate sobre o tema “será inevitável”.

A constitucionalidade foi questionada pelo presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Carlos André Nogueira, com base em documento da OAB, na primeira audiência pública sobre o assunto na CAE, na semana passada. A MP 258, que instituiu por 120 dias a Receita Federal do Brasil, é reconhecida no Senado como a que despertou a reação mais recente e acertada dos senadores contra os excessos do Executivo na edição de medidas provisórias.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou, durante a audiência, que a MP era relevante, mas mostrou que não era urgente, outro pressuposto para que o governo recorra a esse tipo de instrumento legal. A MP 258 não foi votada pelo Senado, perdeu eficácia em novembro do ano passado e o governo reapresentou a proposta com base no texto do projeto de lei de conversão aprovado na Câmara.



Para Carlos André Nogueira, representante dos auditores-fiscais da Receita Federal, projeto da Super-Receita é inconstitucional

O pedido de urgência formulado pelo governo acabou retirado naquela Casa. E Tourinho já avisou que pretende ter “cautela” e esgotar a discussão sobre o projeto, que envolve desde disputas internas entre categorias, avaliação de experiências internacionais, exame da eficiência e eficácia do novo modelo – que pressupõe a simplificação de procedimentos para os contribuintes e ganhos na fiscalização e na arrecadação federal –, até à própria constitucionalidade dessa unificação.

De acordo com o presidente do Unafisco, entidade contrária à integração das duas secretarias – a Previdenciária e a Federal –, o documento da OAB mostra que o projeto viola a Constituição por propor a fusão de órgãos autônomos e autárquicos. A OAB também defende a necessidade de um projeto de lei complementar.

atribuições de cargos ocupados, uma vez que ambos fiscalizariam tributos federais e a contribuição previdenciária.

Pelo parecer do ex-ministro do Supremo José Néri da Silveira encomendado pela Anfip, entidade favorável à unificação e que congrega os auditores-fiscais da Previdência Social, a criação da Super-Receita pode ser feita por lei ordinária e o projeto, como está redigido, não conflita com dispositivos constitucionais.

O ex-ministro registra que o STF já proferiu decisão considerando não ser inconstitucional lei que unifique “carreiras compostas de cargos que guardem entre si similitude, afinidade de atribuições e igual natureza”, com mesmo nível de escolaridade e vencimentos equivalentes, se for para reorganizar ou racionalizar serviços e órgãos públicos.

O procurador-geral da Fazenda Nacional, Manoel Brandão, sustentou na audiência que não há qualquer inconstitucionalidade no projeto, assegurando que não haverá desvio dos recursos que competem à Previdência.

– Ninguém está falando em mudança de destinação de recursos – reforçou Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, que desde o fim do ano passado também chefia a Secretaria de Receita Previdenciária.

Outro questionamento é se a fusão das carreiras dos auditores-fiscais da Receita com os da Previdência também não seria inconstitucional, por modificar

## Crítica a novo Refis une governo e opositores

O governo marcou posição contrária ao pleito das principais entidades empresariais do país, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para promover novo refinanciamento das dívidas fiscais e previdenciárias das empresas, já batizado de Refis 3.

Durante a audiência sobre o projeto da Super-Receita, o secretário Jorge Rachid deixou claro ao senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que a Receita Federal não é favorável a um novo Refis, programa que autorizou o parcelamento das dívidas tributárias por cinco anos.

A Fiesp chegou a apresentar a alguns senadores, em 8 de fevereiro último, proposta de refinanciamento dessas dívidas em até 240 meses (mesmo prazo concedido às prefeituras que renegociaram débitos previdenciários), intitulada de Rebras, com anistia de multas mais generosa do que a pleiteada na negociação da MP 258. Só que o pleito divide opiniões dentro dos próprios partidos.

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que não apóia um novo Refis. Ele chegou a ironizar dizendo que isso criaria a figura do “boboca tributário”, apelidando assim os contribuintes que pagam os tributos em dia. O PFL também está dividido. Os pefelistas baianos César Borges e Antonio Carlos Magalhães já avisaram que são contrários à medida.

Além das empresas, há um pedido específico do governo de Minas Gerais. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reivindicou que o parcelamento das dívidas com o INSS concedido aos municípios seja estendido aos estados.

## COMISSÕES



Reunião da CCJ que aprovou projeto sobre salário dos educadores públicos: piso para 40 horas não poderá ser inferior a R\$ 980 para quem tiver nível superior

## Comissão aprova piso salarial para professor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o piso salarial profissional dos educadores públicos no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (PLS 59/04). A matéria segue para votação na Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa.

Pela proposta, no ano posterior ao da sanção da nova lei, o piso salarial para a jornada de 40 horas semanais não poderá ser inferior a R\$ 700 para os professores de nível médio e a R\$ 980 para os que tiverem nível superior.

Para os anos posteriores, o piso salarial fixado por lei de iniciativa do Poder Executivo nunca poderá ser inferior a, no mínimo, 60% do investimento mínimo anual por aluno. A proposta assegura ainda aos educadores públicos o direito de optar pelo regime de trabalho e de remunerações atuais, ou de se adaptar à jornada de trabalho exigida para garantia do piso salarial, que nunca será inferior a 40 horas semanais.

Para Cristovam, o projeto resgata uma "enorme e histórica" dívida do poder público para com seus

educadores.

– Hoje, os professores são obrigados a trabalhar em regime de múltiplas jornadas ou de múltiplos empregos, fazendo da nobre função de educador uma atividade secundária – afirmou Cristovam.

Para o relator da matéria, há várias razões para se aprovar o projeto.

– Trata-se de iniciativa voltada a devolver um mínimo de dignidade salarial aos profissionais de educação, particularmente os das regiões menos desenvolvidas do país, seus principais beneficiários – destacou Mozarildo Cavalcanti.

### Patrimônio cultural

A CCJ também aprovou em decisão terminativa projeto de lei da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que atualiza a legislação sobre danos patrimoniais, instituindo novas punições a essas modalidades de crime (PLS 47/04). Pelo projeto, que recebeu parecer favorável do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), passa a ser punível com pena de reclusão de um a três anos, e multa, aquele que danificar, inutilizar ou deteriorar bem ou valor

paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental tombado pela autoridade competente ou de outra forma protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

O mesmo vale para os danos causados a arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar tombados ou de outra forma protegidos. Se a ação criminosa resultar na destruição desses bens, a pena será aumentada de um terço à metade. O proprietário que deixar de zelar pela conservação do bem, com o fim de obter vantagem de qualquer natureza, também fica sujeito às punições.

Também foi aprovado na CCJ o parecer do senador José

Maranhão (PMDB-PB) ao projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que obriga a dotação e o uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados a operações sobre grandes extensões de água. Pela proposta, o colete deve ser equipado com lâmpada localizadora de sobrevivência, apito e dispositivo de sinalização pirotécnica.

**Projeto resgata dívida "enorme e histórica" com educadores, diz Cristovam**

### Direção de escola conta para aposentadoria

As tarefas de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico passam a ser consideradas funções de magistério, segundo o Projeto de Lei da Câmara 127/05, que recebeu parecer favorável da CE. Com isso, o tempo investido nessas atividades passará a ser considerado para a redução em cinco anos do tempo de contribuição necessário à aposentadoria especial dos professores, estabelecido na Constituição.

Relator do projeto, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse ter recebido centenas de manifestações de diversas partes do país favoráveis à aprovação da proposta, que será agora apre-



Sérgio Zambiasi, relator

ciada pelo Plenário em regime de urgência – segundo requerimento aprovado pela CE e de iniciativa do próprio senador.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou o "atendimento a uma antiga reivindicação" dos educadores. A aprovação da proposta, disse o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), representa um ato de justiça para os professores que se afastam da docência e assumem a responsabilidade de dirigir uma escola.

### Transferência de jogadores só no fim da temporada

Os clubes brasileiros de futebol não correrão mais o risco de perder seus jogadores para os ricos clubes europeus no meio da temporada. A cessão ou transferência de atletas para o exterior, durante competições oficiais, foi proibida pelo PLS 218/04, de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), aprovado por unanimidade e em decisão terminativa pela CE. Recurso pode levar a matéria a Plenário.

Relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto deixa claro que as transferências só serão vedadas nos campeonatos reconhecidos pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

## Audiências apóiam Fundeb, mas sugerem melhorias

A aprovação urgente da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) foi defendida tanto por profissionais de educação quanto por senadores, em audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Fundeb substituirá o atual Fundef, que engloba apenas o ensino fundamental, enquanto o novo será estendido também aos estudantes da educação infantil – incluindo as creches que abrigam crianças de até três anos – e do ensino médio.

Pela proposta, o Fundeb deverá aumentar a participação da União no fundo, que, atualmente, é praticamente mantido pelos estados e municípios. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou que pretende apresentar seu parecer o quanto antes, mas ainda é preciso estabelecer prazo para o recebimento de emendas e concluir as audiências públicas.

– A complementação da União ao Fundef é ridícula e simbólica. Para cada 30 milhões de alunos, contribui com apenas 1,5%. Com o Fundeb, essa contribuição vai aumentar, porém o número de alunos também deve dobrar – afirmou José Jorge.

Os elogios, porém, não foram unânimes. Para o ex-ministro da Educação Paulo Renato Sou-

za, é preciso criar mecanismos constitucionais que garantam a compatibilização da distribuição dos recursos entre os três níveis de ensino – infantil, fundamental e médio.

– Há uma tendência de demanda maior de matrículas no ensino infantil e médio, com uma redução de 30% no ensino fundamental, que, portanto, acabaria recebendo menos recursos – afirmou.

Já o governador de Sergipe, João Alves Filho, defende que a União participe imediatamente com os R\$ 4,5 bilhões previstos, sendo 70% desse total destinados aos nove estados mais carentes e 30% às demais regiões, para que possam manter os programas já implantados.

Também participaram das audiências a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria do Pilar Almeida e Silva; a vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Auxiliadora Rezende; e o ex-secretário de Fazenda da Bahia, Albérico Machado Mascarenhas.

Acompanhadas de representantes da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, da Campanha Nacional para o Direito à Educação e do Movimento Pró-Fundeb, as senadoras Patrícia Saboya (PSB-CE) e Fátima Cleide (PT-RO) pediram ao presidente Renan Calheiros que o Fundeb seja votado até quarta-feira.

## País pode ter 202 escolas técnicas até o fim do ano

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação, para debater um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim (PT-RS) que tratam da valorização do ensino técnico, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, afirmou que o governo pretende aumentar de 142 para 202 o número de escolas técnicas em todo o país durante este ano.

Segundo Pacheco, 25 escolas iniciarão suas atividades já em agosto deste ano. As demais começarão a funcionar até novembro, para iniciarem o ano letivo de

2007. Com a ampliação da rede de escolas técnicas, cerca de 10 mil novas matrículas poderão ser efetuadas.

– Pobre do cidadão que não sabe como é bom trabalhar. Podemos dar esta grande oportunidade para a juventude, que está meio perdida, procurando um caminho e ficando à mercê do narcotráfico – disse o senador Paulo Paim.

Também participaram da audiência o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, deputado Alex Canziani, e a representante do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Maria da Glória Santos Laia.

## COMISSÕES

# Projeto cria juizados na Fazenda Pública

Os brasileiros poderão passar a contar com juizados especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais e dos juizados especiais federais (PLS 118/05). A proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo do relator da matéria, senador João Batista Motta (PSDB-ES). O projeto será votado ainda em turno suplementar.

A partir da criação dos tribunais especiais da Fazenda Pública, será possível impugnar, por exemplo, de acordo com Valada-

res, lançamentos fiscais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), anular multas de trânsito indevidamente aplicadas, bem como atos de postura municipal, entre outros.

Pelo substitutivo, os juizados especiais da Fazenda Pública terão competência para apreciar causas em que sejam réus pessoas jurídicas vinculadas aos poderes públicos estadual, municipal e do Distrito Federal e territórios. O valor máximo para as causas é de até 40 salários mínimos, se impetrados perante a Fazenda dos estados e do Distrito Federal, e de até 30 salários mínimos, se ajuizados perante a Fazenda dos

municípios.

No entanto, o juizado não poderá julgar ações populares, de desapropriação, de divisão e demarcação, de improbidade administrativa, ou execuções fiscais, mandados de segurança e demandas que se refiram a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

## Cidadãos e empresas mais bem protegidos

O órgão também não poderá julgar ações que tenham por objeto bens imóveis dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e municípios, bem como das autarquias e fundações públicas a eles vinculadas. As causas que



JOSE CRUZ

João Batista Motta, relator da matéria, diz que os juizados especiais vão assegurar “amplo e efetivo acesso à Justiça”

tenham como objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares também deverão ficar fora das competências dos juizados especiais da Fazenda Pública.

Segundo Valadares, o projeto tem por objetivo beneficiar as pessoas que se sentirem lesadas pela administração pública, mas

que, atualmente, ficam “excluídas do rito célere e econômico dos juizados especiais”.

Para o relator da matéria na CCJ, senador João Batista Motta, a aprovação do projeto é fundamental para a sociedade brasileira, pois “proporciona amplo e efetivo acesso à Justiça, por parte dos cidadãos e das microempresas e empresas de pequeno porte”.

## Proposta estimula produtor a não plantar mais tabaco

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto de lei que institui, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do tabaco por atividades alternativas. A proposta (PLS 341/05), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), recebeu decisão terminativa na CRA.

O autor explicou que o projeto tem como objetivo proteger as famílias que vivem da produção do fumo. Zambiasi lembrou que o Brasil assinou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que visa resguardar as gerações presente e futura contra o con-

sumo de tabaco e a exposição à fumaça gerada pelo fumo. Mas, destacou, não há legislação que proteja os agricultores do setor.

– Não havia proteção legal para aqueles que democrática e livremente fizerem a opção de mudar de cultura – observou Zambiasi.

O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ressaltou que o projeto, que altera os artigos 48 e 103 da Lei 8.171/91, é oportuno por complementar as medidas que estão sendo implementadas para estimular a migração da atividade de plantio de fumo para outras culturas.

## Aprovadas duas indicações de diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou pareceres sobre duas indicações de diplomatas feitas pelo governo: a de Antonio José Vallim Guerreiro para o cargo de representante do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a de Antonino Marques Porto e Santos para embaixador no Equador. As mensagens serão votadas em Plenário. O Brasil é membro-fundador da AIEA, criada em 1957, única agência internacional especializada em questões de energia nuclear. Vallim Guerreiro vem acumulando experiência desde 1995, quando passou a integrar o Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, chefiando a delegação brasileira. Já o diplomata Antonino Marques Porto e Santos foi conselheiro na embaixada em Washington e cônsul-geral em Montreal (Canadá).

A CRE também aprovou o texto do tratado internacional sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

## Mercosul terá fundo para ajudar mais pobres

A Decisão 18/05 do Conselho do Mercado Comum do Sul, que estabelece a garantia de aporte de recursos para as economias menores e as regiões menos desenvolvidas do bloco econômico, recebeu parecer favorável da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e será examinada agora pela Câmara e pelo Senado, sob a forma de projeto de decreto legislativo.

Por meio da decisão, foi instituído o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). A criação desse mecanismo era uma das principais reivindicações do Paraguai e do Uruguai.

O fundo será composto por contribuições anuais não-reembolsáveis de US\$ 100 milhões, quantia que será alcançada após um período de transição de três anos. Ao Brasil, que detém a maior economia, caberá a maior cota: 70% do total.

CÉLIO AZEVEDO



Autor da denúncia, o promotor público Haroldo Franco fala à comissão, ao lado de Cristovam (E)

## Suspensa pesquisa polêmica no Amapá

O Conselho Nacional de Saúde determinou a interrupção da pesquisa sobre malária que vinha sendo realizada no Amapá com a utilização das chamadas “cobaías” humanas, que receberiam pagamento em troca da aceitação de serem picadas pelo mosquito transmissor da doença. A notícia foi dada pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Moisés Goldbaum, durante audiência pública sobre o tema, na quarta-feira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Tudo leva a crer que foram cometidas infrações de ordem ética, como o pagamento pela participação na pesquisa e a exposição da comunidade ao risco de contrair a doença – disse Goldbaum.

Na abertura da audiência, o presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), observou que o colegiado não

adotava uma postura “obscurantista” e nem pretendia criar uma fobia contra a ciência. Mas alertou para a necessidade de compatibilização das pesquisas feitas na região com o respeito às populações locais.

### “Alarme da dignidade humana disparou”

Autor da denúncia, o promotor público do Amapá Haroldo Franco relatou ter ficado chocado ao tomar conhecimento do termo de consentimento assinado pelos participantes, admitindo fornecer com o próprio sangue alimento para os insetos coletados.

– O alarme que soou foi o da dignidade humana. Não vi nenhum benefício da pesquisa para a comunidade, mas sim manipulação da pobreza – afirmou.

O coordenador da pesquisa, biólogo Alan Kardec, admitiu o erro ao pagar a participação de habitantes locais, embora a práti-

ca – de acordo com seu relato – já viesse sendo promovida no início da pesquisa pela Universidade de São Paulo (USP). Ele disse estar sofrendo muito desde que foram publicadas as primeiras notícias sobre o assunto, e lamentou informações que o apontam “como se fosse um torturador ou um nazista”. A seu ver, a pesquisa contribuirá para o combate à malária no país.

Líder da comunidade de São Raimundo do Piratiba (AP), o agente de saúde Sidnei Siqueira disse que se sentiu como “um rato de laboratório”.

Também participaram da audiência o diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério de Ciência e Tecnologia, Isaac Roitman; o presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá, Dardeg Aleixo; e o subchefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, Alan Coelho.

## Promotor descobriu fato por casualidade

As precárias condições de uma escola no interior do Amapá ajudaram o promotor Haroldo Franco a descobrir e denunciar a utilização de “cobaías” humanas durante a coleta de dados para a pesquisa coordenada pela Universidade da Flórida, em parceria com instituições nacionais como a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de São Paulo (USP).

Na audiência pública, ele relatou ter ido à comunidade de São Raimundo do Piratiba (AP), onde foram coletados os dados para a pesquisa, para observar as condições de uma escola semidestruída.

Depois de constatar que o local não podia mesmo garantir a segurança dos alunos, ele se reuniu com a comunidade local e perguntou que outros problemas a afligiam.

O procurador ficou sabendo, então, que o posto de saúde também estava em condições ruins. Ao visitá-lo, constatou que, bem ao lado, funcionava um laboratório muito bem equipado.

– A que servia aquele laboratório? – questionou-se então o procurador, segundo relato apresentado à comissão. Foi então que começou a conhecer detalhes da pesquisa.

## CONGRESSO



Mesa do Congresso, na solenidade de promulgação: “A bola agora está com o STF”, afirmou Renan (C)

## Promulgada emenda da verticalização

Em sessão solene do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou promulgada, na quarta-feira, a Emenda Constitucional 52/06, que autoriza os partidos a fazerem as coligações que desejarem nas eleições a partir de outubro deste ano, acabando, assim, com a regra da verticalização. Decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há dez dias, obriga os partidos a seguirem nos estados e municípios as coligações firmadas para a sucessão presidencial nas eleições deste ano, regra em vigor nas eleições de 2002.

O 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), leu o texto da nova emenda, assinada pelas direções da Câmara e do Senado, com cópias que serão destinadas às duas Casas do Legislativo, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

A emenda assegura aos partidos o poder de decidir privativamente sobre sua organização interna e funcionamento, assim como a

liberdade de se coligarem como quiserem, deixando claro que não estão obrigados a vincular suas candidaturas nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Mas dispõe que seus estatutos devem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. A promulgação foi encerrada sob aplausos do Plenário.

### Renan: é preciso evitar conflito entre Poderes

Encerrada a sessão de promulgação da emenda, Renan Calheiros disse que “a bola agora está com o Supremo Tribunal Federal [STF]”, a quem caberá decidir se a nova regra valerá para a eleição deste ano. Questionado sobre a interpretação do TSE de que a verticalização vale para as eleições de 2006, o senador observou que é preciso evitar conflito entre os Poderes.

– Não vamos transformar as relações entre o Legislativo e o Judiciário num duelo à luz do dia. Isso tudo que está acontecendo é normal, é da democracia. Promulgamos a emenda e o STF vai

dizer se ela é constitucional ou não – destacou o presidente do Senado, para quem o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, é um dos melhores nomes do STF, “um constitucionalista de mão-cheia e talvez, no STF, o ministro com quem eu mais converso”.

Renan Calheiros ressaltou que sempre defendeu a verticalização, como conceito.

– Sempre defendi, mas para depois de uma reforma política, não como primeiro passo dessa reforma. Verticalizar 29 ou 30 partidos no Brasil é um horror – lembrou.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, disse que não há possibilidade de confronto, já que cada Poder tem suas responsabilidades e atribuições, são soberanos, independentes e devem conviver em harmonia.

– Essa relação deve ser preservada, porque interessa ao país. Não interessa qualquer forma de confronto ou mesmo de conflito entre os Poderes constituídos – afirmou Aldo Rebelo.

## Polêmica se arrasta desde as eleições de 2002

Ao promulgar a Emenda Constitucional 52/06, o Congresso deu mais um passo para aprofundar a polêmica que se arrasta desde que a verticalização foi instituída pelo TSE em 2002.

Depois daquelas eleições, os partidos entenderam que a exigência engessava a vida política. Assim, começou a tramitar no Congresso proposta de emenda à Constituição (PEC 4/02) acabando com a norma. A PEC foi aprovada no Senado ainda em 2002, mas na Câmara, somente em fevereiro passado.

Como o artigo 16 da Constituição exige que as modificações nas regras eleitorais sejam aprovadas no Congresso um ano antes da realização das eleições – portanto, 1º de outubro de 2005, no caso de 2006 –, a aprovação da PEC em fevereiro deste ano deu início a uma discussão

jurídica sobre o assunto.

No dia 3 deste mês, o TSE, em resposta a uma consulta do Partido Social Liberal (PSL), decidiu, por 5 votos a 2, manter a verticalização nas alianças eleitorais para 2006. Os presidentes do Senado e da Câmara entenderam que a decisão do TSE deveu-se ao fato de a emenda não ter sido promulgada até aquele momento, apesar de já aprovada pelas duas Casas do Congresso. Por isso decidiram promulgá-la.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, não concorda com essa tese e pretende propor ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao STF contra a emenda constitucional.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) também anunciou providência semelhante. Miro e Busato concordam com a queda da verticalização, mas não para as eleições de 2006, e apostam que esse será o entendimento do STF.

### OAB pretende contestar a emenda constitucional no Supremo

Segundo o vice-líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), praticamente ninguém no Congresso espera que o STF concorde com a derrubada da verticalização da forma como ocorreu.

Suassuna prevê que dificilmente haverá candidaturas singulares à Presidência porque, com a verticalização, o partido será obrigado a disputar as eleições para governador em todos os estados, também sem coligações.

## José Jorge apela ao STF para que revise decisão

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), fez um apelo ao STF para que revise a decisão do TSE que determinou a manutenção da verticalização nas eleições de outubro. José Jorge considera que a verticalização, medida “aparentemente boa”, é, na verdade, restritiva. Isso porque ela obriga os maiores partidos, que têm candidatos à Presidência, a manterem as coligações nos estados, enquanto pequenos partidos podem coligar-se com quaisquer outros.

Além disso, observou o senador, a verticalização desestimula partidos que poderiam lançar candidato próprio à Presidência, mas optam por não fazê-lo para não atrapalhar as coligações estaduais.

José Jorge lembrou que a PEC nasceu justamente depois de determinação do próprio TSE, em fevereiro de 2002, que, ao ser provocado a manifestar-se sobre a obrigatoriedade de os partidos políticos reproduzirem nos estados as alianças para a eleição de presidente, decidiu pela verticalização das coligações partidárias.

Segundo José Jorge, o Senado

teria lançado, logo depois, um decreto legislativo interpretando a lei eleitoral, segundo o qual a coerência nas coligações deveria ser observada apenas dentro dos estados. O decreto, porém, acabou não sendo apreciado pela Câmara dos Deputados e foi arquivado. O senador recordou ainda que o Senado aprovou proposta de emenda à Constituição que resolveria o problema, porém, mais uma vez, a Câmara não se pronunciou no prazo devido.

José Jorge citou ainda o ex-ministro da Justiça e ex-ministro do STF Paulo Brossard, que também considera a decisão do TSE um equívoco.



Verticalização desestimula candidaturas, diz José Jorge

## Para Cristovam, Congresso é responsável pelo impasse

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) atribuiu ao Congresso a responsabilidade pelo impasse criado entre Legislativo e Judiciário em torno da verticalização, por se atrasar na derrubada da lei que proíbe que os partidos adversários na eleição presidencial se aliem nas eleições estaduais.

– A culpa maior do Congresso não é apenas por falta de clareza, mas principalmente pelo atraso na elaboração das leis. O fim da verticalização deveria ter sido aprovado no ano passado – disse.

Na avaliação do senador, a interferência do TSE criou um impasse grave entre os dois Poderes, uma vez que a decisão

do Congresso de acabar com a verticalização foi tomada pela maioria qualificada, de três quintos de deputados e senadores.

Cristovam questionou ainda a qualidade da democracia brasileira devido à falta de discussão sobre temas nacionais relevantes.

– Que democracia é essa que só pensa o curto prazo e o imediato? Aqui só temos projeto de curto prazo para a economia e para as eleições brasileiras – afirmou.

Delcídio Amaral (PT-MS), Sibá Machado (PT-AC) e Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestaram apoio ao discurso de Cristovam.

## Heloísa Helena acha que regra aperfeiçoa partidos

Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a verticalização nas eleições deste ano, pois, para ela, essa regra permite o aperfeiçoamento das estruturas partidárias do país.

A senadora argumentou que, “apesar de algumas distorções circunstanciais, a verticalização possibilita, de uma certa forma, que a política de alianças – e, portanto, a tática eleitoral – seja coerente com os objetivos estratégicos dos programas partidários”.

Heloísa Helena ressaltou que apóia a verticalização mesmo tendo sido prejudicada pela regra em 2002, quando poderia ter sido candidata pelo PT ao governo de Alagoas.

– Fui vítima da verticalização, devido à aliança que PT e PL

fizeram naquele ano – disse ela, apontando essa coligação como um exemplo de distorção circunstancial que pode ocorrer devido à regra.

A senadora sugere que a emenda acabando com a verticalização seja válida apenas para as eleições posteriores a deste ano, para que se respeite a norma segundo a qual mudanças nas regras só podem vigorar após um ano de sua aprovação.

– É inadmissível que o Congresso Nacional legisle conforme a medíocre matemática eleitoralista – declarou ela, acrescentando que “o Legislativo poderia ter votado essa emenda em 2003, 2004 ou 2005, mas não o fez; e, quando o Congresso quer, vota”.

**PLENÁRIO** Proposta subscrita por 1,3 milhão de pessoas pede o cumprimento das leis já existentes no país

## Criminalidade no Rio preocupa senadores

Jefferson Péres (PDT-AM) exigiu uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal para livrar o Rio de Janeiro dos traficantes de drogas. Comentando o assalto realizado por esses traficantes a um quartel do Exército na cidade, no dia 3, o senador disse que a sociedade brasileira está doente por tolerar tais ações.

Para o senador, os narcotraficantes dominam os morros cariocas e constituem um poder paralelo ao Estado. Para resolver a situação, ele sugeriu que as três esferas de governo se juntem para urbanizar as favelas, construir escolas, postos médicos, quadras esportivas e centros culturais, "escorraçando o crime organizado e impondo a autoridade do Estado".

Para Cristovam Buarque

favela. Estou preocupado com uma operação que foi tomada no impulso, e agora é justificada pelo presidente e pelo ministro da Justiça – disse.

Virgílio responsabilizou o governo Lula pelo aumento da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro. Para o parlamentar, a política de segurança é falha, o que se reflete na operação do Exército nas favelas cariocas, que está sendo ridicularizada pelos traficantes.

Em resposta, Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou compartilhar as preocupações de Virgílio, mas defendeu que a segurança pública seja dever comum dos governos federal e estaduais. Ele observou que o governo federal tem feito a sua parte, mas não tem recebido contrapartida do governo do Rio. Saturnino anunciou a liberação, pela União, de R\$ 140 milhões para a Secretaria de Segurança Pública do estado, destinados à compra de equipamentos e às primeiras providências para implementação da Força Nacional de Segurança Pública – equipe formada pela elite da polícia, especialmente treinada para agir em momentos de crise.

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse acreditar que Lula e o ministro da Justiça tomarão providências para reverter a falta de segurança pública, sugerindo uma estratégia de inteligência como a Operação Mãos Limpas na Itália.

Ramez Tebet (PMDB-MS) também lamentou a situação de violência no Rio. Já Sibá Machado (PT-AC) afirmou que nenhum governo estadual tratou de maneira eficaz o problema, que, a seu ver, deveria ser solucionado pela Inteligência da Polícia e não pelo Exército.

Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou que é "urgente o ingresso das Forças Armadas no combate ao crime".



Jefferson Péres

(PDT-DF), o roubo é resultado de uma "cadeia de omissões" em relação às Forças Armadas. "Os salários dos militares nunca foram privilegiados."

Já o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou o apoio que o presidente Lula e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deram à operação do Exército nas favelas do Rio. Na sua opinião, Lula é incompetente e não é capaz de controlar as ações do Exército. O parlamentar alertou para o risco de uma crise institucional.

– O Exército fez tudo isso pelo roubo de armas. Imagina se alguém morrer atuando na

### Malta faz apelo por presídio de segurança máxima

Magno Malta (PL-ES) fez um apelo ao governo federal e a autoridades e empresários capixabas para que seja construída uma penitenciária de segurança máxima em seu estado. Ele lembrou que mesmo com a prisão de nove criminosos responsáveis pela onda de incêndios a ônibus nos últimos meses, esses crimes não poderão ser evitados, devido ao fato de serem comandados de dentro dos próprios presídios no Espírito Santo.

– A construção que foi feita tão rapidamente no Acre, durante o governo Fernando Henrique, precisa se repetir em meu estado para recolher os cinquenta bandidos mais violentos que têm colocado a sociedade em pânico – disse.

### Suassuna pede que PF investigue assalto em Patos

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu a intervenção da Polícia Federal na investigação de assalto cometido na madrugada do dia 7 contra o prefeito de Patos (PB), Nabor Vanderlei. O prefeito foi agredido a coronhadas e teria perdido para os criminosos uma camionete no valor de R\$ 80 mil. Suassuna solicitou a entrada da Polícia Federal no caso, alertando que os assaltantes, supostamente pertencentes a quadrilhas de fora da Paraíba, portavam armamento pesado, exclusivo das forças militares. O parlamentar reclamou maior segurança nas estradas do país.



Movimento Diga Não à Impunidade entregou proposta e assinaturas a Renan Calheiros e Aldo Rebelo

## Sociedade pede rigor contra crime hediondo

O movimento Diga Não à Impunidade entregou aos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Aldo Rebelo e Renan Calheiros, proposta subscrita por mais de 1,3 milhão de pessoas de alteração do Código Penal para garantir que as penas por crimes hediondos sejam cumpridas com rigor.

Segundo Carlos Santiago, pai da adolescente Gabriela, morta no metrô da Tijuca, no Rio de Janeiro, a proposta não visa o aumento das penas, mas evitar que a benevolência das leis atuais continue a pulverizar as sentenças dadas pelos juízes e a alimentar a crença de que o crime compensa, porque brechas na legislação sempre oferecem um jeito de não se pagar por ele.

– Estamos pedindo ao Congresso que, com carinho, estude e, se possível, aprove essas alterações em benefício de toda a sociedade – disse Carlos Santiago.

Aldo Rebelo afirmou que o Congresso é o lugar onde as esperanças, os anseios e as expectativas do povo devem ser acolhidos. Ele observou que a Câmara recebia a proposta como uma importante contribuição para impedir o alastramento da

violência.

– Não há democracia digna desse nome, profunda, verdadeira e duradoura que não proteja a sociedade, os cidadãos, principalmente as crianças e os jovens, dos efeitos da violência e da impunidade. Sou pai e sei o que significa para cada mãe, pai, irmão, amigo e colega de escola, a perda ou o risco que a violência impõe diariamente a todos nós – disse.

### Congresso deve agilizar respostas a demandas

Para Renan, a única maneira de o Congresso reaver a confiança e a credibilidade é aumentando a interação com a sociedade brasileira e promovendo as alterações legislativas que ela demanda. Ele se comprometeu a elaborar um calendário "especialíssimo" para que as mudanças propostas na emenda popular aconteçam.

– O crime já é algo bárbaro e repugnante. O crime hediondo é muito pior. Tão logo a proposta chegue ao Senado, nós daremos urgência urgentíssima para uma rápida definição, como nos cobra a sociedade – frisou.

Entre os integrantes do grupo também estava a autora de tele-

novelas Glória Perez, cuja filha, a atriz Daniela Perez, foi assassinada em 1992. Glória liderou o movimento que apresentou o projeto de iniciativa popular, aprovado em 1993, que incluiu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos.

– Minha expectativa é que tanto a Câmara quanto o Senado tenham sensibilidade para acolher a vontade popular, fazendo com que esse projeto tenha uma tramitação rápida. A sociedade tem de resgatar a confiança no Legislativo e no Judiciário – afirmou Glória.

Entre as alterações na legislação penal sugeridas pelo movimento Diga Não à Impunidade está o fim da aplicação do conceito de "crime continuado" aos casos de homicídio e também o fim do "protesto" por novo júri.

O grupo propõe ainda que a aplicação de benefícios seja baseada no tempo total da condenação e que esteja condicionada à realização de trabalho. As mudanças também objetivam impedir que o condenado pela prática de crime hediondo possa recorrer em liberdade e que o benefício de indulto seja dado ao condenado por crime de tortura.

## Demostenes quer limitar progressão de pena

Em reunião de líderes partidários realizada na quinta-feira, Demostenes Torres (PFL-GO) entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto que estabelece progressão de pena para autores de crimes hediondos. De acordo com o texto, o preso primário deverá cumprir pelo menos metade da pena antes de ter direito à transferência para regime menos rigoroso, e o preso reincidente deverá cumprir dois terços da pena, conforme determinação de um juiz.

Demostenes explicou que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que, para crimes hediondos, também deveria valer o instituto da progressão de pena, passando de regime fechado para semi-aberto, em que o preso somente dorme

na cadeia, a partir do cumprimento de apenas um sexto da pena. Como exemplo, o senador disse que um preso condenado a 30 anos de prisão poderia estar livre em cinco anos.

– Nós estamos estabelecendo um regime diferenciado para o semi-aberto e, com isso, estamos voltando ao rigor da legislação anterior – explicou.

O senador disse ainda que todos os líderes concordaram em dar velocidade ao trâmite da matéria, mas o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), solicitou que o ministro da Justiça pudesse examinar o projeto e fazer algumas sugestões quanto ao elenco de crimes tipificados como hediondos.

O projeto segue para a Comissão de Justiça (CCJ), onde terá

decisão terminativa.

### Senadores apóiam regime mais rigoroso

Em debate no Plenário sobre o assunto, Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Sibá Machado (PT-AC) apoiaram as preocupações de Demostenes. Magno Malta (PL-ES) também defendeu maior rigor para o regime penal de autores de crimes hediondos. Ele citou projeto de sua autoria estabelecendo que esses criminosos só chegariam ao regime semi-aberto depois de cumprirem dois terços no regime fechado.

Malta leu trechos de matérias jornalísticas que mostram a escalada da violência, e pediu que o país reflita sobre os dramas das vítimas e seus familiares.

**SANEAMENTO** Propostas em discussão no Senado e na Câmara estabelecem um marco regulatório para o setor

# Ausência de saneamento afeta a saúde da população



Projeto de iniciativa do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e outros seis em tramitação na Câmara dos Deputados – um deles de autoria do Executivo – representam tentativas de solução para uma das principais mazelas do país: a falta de abastecimento de água e de esgotamento sanitário adequados. Um problema, é claro, que tem sérias consequências para o meio ambiente e a saúde da população.

Para dar uma idéia, estados como Acre, Rondônia, Amapá, Maranhão, Pará e Alagoas têm 60% ou menos da população atendida por redes de abastecimento de água (ver mapa). A situação é ainda pior no que diz respeito à coleta de esgotos. Apenas cinco estados exibem índice de atendimento superior a 40%: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. A média nacional de tratamento de esgotos é de preocupantes 28%.

As mazelas do setor de saneamento, dizem os especialistas, remontam pelo menos à década de 80. Na época, hiperinflação e a conseqüente ausência de incentivos à eficiência geraram

alto grau de inadimplência nas empresas estaduais, culminando com a falência do sistema. Com o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH), no início dos anos 90, o setor tentou várias formas de aparato institucional para planejamento e regulação. Todas fizeram água.

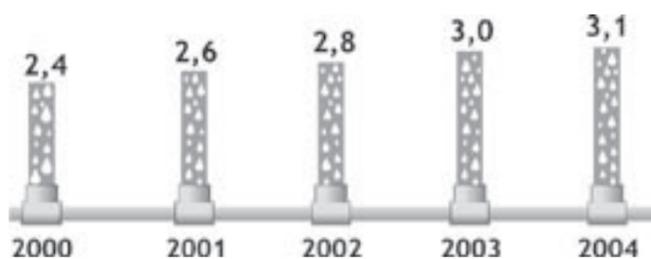
A estabilidade econômica que se seguiu ao Plano Real, de 1994, trouxe alento para o setor até o final da década. Depois disso, o fluxo de dinheiro foi interrompido pela crise fiscal que afetou a economia do país.

Com a adoção de um marco regulatório, espera-se organizar o sistema de saneamento básico de forma que ele funcione como necessita a população.

– Estamos certos de que o estabelecimento de um novo marco regulatório contribuirá significativamente para a expansão desse serviço público essencial, o que beneficiará não apenas os brasileiros atualmente excluídos de seu acesso, mas também toda a população brasileira, na medida em que o saneamento básico é condição fundamental de qualidade de vida e de desenvolvimento econômico – diz Gerson Camata na justificativa de seu projeto (PLS 155/05).

## Baixa pressão

Os investimentos totais feitos pelos prestadores de serviços de saneamento aumentam pouco de um ano para outro – em R\$ bilhões



Fonte: SNIS-Ministério das Cidades

## Mais de 1 bilhão sem água

Perto de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo (um sexto do total da população) não têm acesso adequado à água potável, segundo o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Mundo. O documento foi divulgado no início deste mês, no México, cuja capital será sede do 4º Fórum Mundial da Água, entre 16 e 22 de março.

Ainda segundo o relatório da ONU, cerca de 2,6 bilhões de pessoas dos países mais pobres do mundo carecem de instalações de saneamento básicas – metade delas vive na China e na Índia.

O relatório culpa pelas carências atuais de água no mundo a

gestão deficiente, a corrupção, a falta de instituições adequadas, a inércia burocrática, o déficit de novos investimentos na criação de capacidades humanas e a falta de infra-estruturas físicas.

A ONU também alerta para o fato de que a qualidade da água está diminuindo em muitas regiões do mundo, e que se deterioram rapidamente a diversidade dos ecossistemas e as espécies vegetais e animais de água doce.

Trata-se de um problema dos mais graves, uma vez que a má qualidade da água é uma das principais causas das pobres condições de vida e dos problemas de saúde no mundo, diz o estudo.



Colocação de lixo em locais inadequados, como margens de rio, causa danos ao meio ambiente

## Projeto de Camata aguarda decisão da CI

O objetivo primordial do projeto de Gerson Camata que cria o marco regulatório para o saneamento básico no país é a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A proposta estabelece regras sobre a definição dos prestadores do serviço de saneamento em cada localidade; o planejamento para oferta desses serviços; a sua regulação; e uma política federal para o setor. Ou seja, define normas claras a fim de reduzir “as incertezas existentes na relação entre o poder público e os prestadores de serviço”, como esclarece o autor.

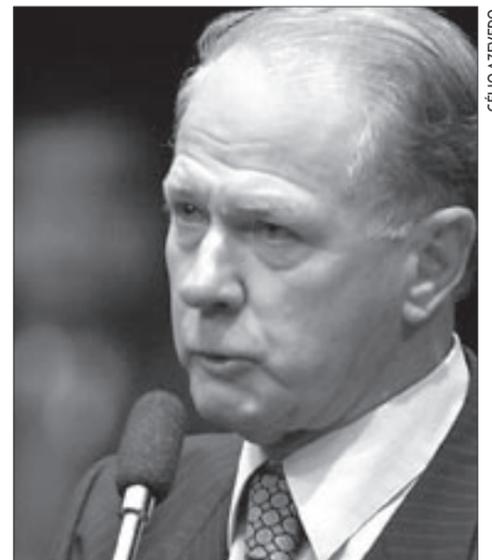
O projeto de Camata, que aguarda decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e tem como relator o senador César Borges (PFL-BA), já recebeu pareceres favoráveis das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

César Borges, que também relatorou o projeto na CMA e na CCJ, destacou que, ao contrário de

outras proposições sobre o assunto, a de Camata evita o detalhamento excessivo das normas para estados e municípios.

Segundo o relator, há muitas disputas judiciais entre estados e municípios sobre a questão da titularidade dos serviços de saneamento público (ver reportagem na pág. 13). O projeto, acrescentou, define como de interesse local o serviço

“no qual todas as atividades, infra-estruturas e instalações operacionais se destinem exclusivamente ao atendimento de um único município e se localizem em seu território”. E determina que é de interesse comum o serviço “em que alguma das atividades, infra-estruturas ou instalações atenda a dois ou mais municípios ou seja dependente, concorrente, confluyente



Proposta de Camata visa a universalização do acesso aos serviços de água e esgoto

ou integrada a funções públicas e serviços supramunicipais”.

Para César Borges, isso significa que, na primeira hipótese, a competência é municipal. Na segunda, pode ser transferida para o estado, mediante lei complementar estadual que institua região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

## A coleta de esgoto nos estados

Representação espacial do índice de atendimento total distribuído por faixas percentuais



Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003.

SANEAMENTO Tribunal julga leis que atribuem a estados a competência pelo sistema em áreas metropolitanas

# Supremo decide sobre água e esgoto



Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniram na quarta-feira passada para julgar duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins). Ambas visam derrubar leis estaduais que atribuem aos estados a competência para decidir sobre a prestação de serviços de saneamento básico em regiões metropolitanas e outras áreas onde um mesmo sistema atenda a dois ou mais municípios. Os três ministros que definiram posição, entre eles o presidente do tribunal, Nelson Jobim, disseram que mesmo nessas regiões a titularidade é dos municípios. O julgamento não foi concluído porque o ministro Gilmar Mendes pediu vistas.

Na prática, o que ocorre hoje é que as companhias de controle estadual são responsáveis pelo abastecimento de água em cerca de 3.900 municípios. No âmbito dos tribunais estaduais de Justiça, tem prevalecido o entendimento de que a titularidade é estadual por causa do artigo 25 da Constituição. Esse artigo diz que é permitido aos estados instituir, por lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões

para integrar serviços públicos de interesse comum a mais de um município.

## Processos atingem Rio de Janeiro e Bahia

Para os ministros do STF, a Constituição permite aos estados apenas instituir as regiões para que os respectivos municípios possam integrar os serviços públicos de interesse comum a todos. Ela não garante aos estados a titularidade dos serviços de saneamento.

Um dos processos em pauta no STF decorre de uma Adin que foi movida em 1998, pelo PDT, contra o governo e a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A outra foi movida em 1999, pelo PT, contra a Assembléia Legislativa da Bahia. Em ambos os casos, os partidos contestam leis estaduais que atribuem aos estados a titularidade dos serviços de saneamento em redes que abrangem mais de um município.

Dependendo da decisão final da Justiça, o projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que trata de saneamento básico e outras seis propostas sobre o mesmo tema, que tramitam na Câmara (inclusive uma do Poder Executivo), poderão sofrer modificações para acatar a decisão dos ministros do Supremo.

## Objetivo do governo é atingir universalização em 20 anos

O governo apresentou em maio do ano passado projeto que visa estabelecer um marco regulatório para o setor de saneamento básico no país. O projeto (PL 5.296/05) está atualmente tramitando na Comissão Especial de Saneamento Básico da Câmara dos Deputados, em conjunto com outras cinco propostas de deputados sobre o mesmo tema. Segundo o relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), o texto do governo foi usado como base para o substitutivo elaborado por ele e que deverá ser votado nesta semana.

O modelo proposto pelo governo pretende garantir a universalização, nos próximos 20 anos, dos serviços de abastecimento de água, drenagem, coleta e tratamento de esgoto e lixo em todo o Brasil. Além disso, institui a Política Nacional de Saneamento Básico, que deverá nortear as ações da administração pública

federal, em especial do Ministério das Cidades, cujo titular é o ministro Marcio Fortes.

Para isso, a proposição regula os investimentos no setor e estabelece regras a serem cumpridas pelas empresas de saneamento que quiserem receber verbas federais. Além de definir como deverão ser feitos os reajustes de tarifas, os contratos de saneamento celebrados a partir da nova lei terão que prever metas de ampliação do sistema.

O então ministro das Cidades, Olívio Dutra, ressaltou na ocasião da entrega do projeto na Câmara a colaboração das companhias estaduais de saneamento, prefeituras, empresas privadas e movimentos sociais na elaboração da matéria. "A tarefa de propor a sistematização do setor de saneamento é desafiadora. Tenho certeza de que o Congresso Nacional vai contribuir mais ainda para aperfeiçoar a proposta", afirmou.



Boa parte da população não tem acesso a água encanada; situação é ainda pior na coleta de esgotos

## Votação na Câmara fica para terça-feira

Depois de adiada algumas vezes, a votação do substitutivo do deputado Julio Lopes (PP-RJ) ao Projeto de Lei 1.144/03, da deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG), foi remarcada para terça-feira na Comissão Especial da Câmara que trata do tema saneamento. O projeto tramita em conjunto com outras cinco propostas, entre elas o PL 5.296/05, do Poder Executivo, que foi usado como base pelo relator.

Lopes modificou o relatório parcial apresentado em dezembro passado, com o objetivo de conciliar os interesses das empresas estaduais e municipais com os do Poder Executivo. Ele decidiu, por exemplo, não especificar se a prestação de serviços de saneamento básico será competência dos estados ou dos municípios. Segundo o parlamentar, esse ponto é matéria constitucional e

não poderia ser definido por meio de lei ordinária.

O relatório define, no entanto, princípios e diretrizes para regular os contratos das empresas estaduais e municipais de saneamento, de modo a garantir estabilidade aos atuais instrumentos de contratação de serviços.

### Substitutivo permite a formação de consórcio

O substitutivo permite que a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento sejam delegadas de um município a outro ou ao respectivo estado. Ou que sejam feitas por consórcio público, e não apenas por meio de uma entidade própria de cada município (veja reportagem abaixo). O texto também introduz a prestação regionalizada, caracterizada por um único prestador de serviço para vários municípios.

A proposição do Executivo foi vaga quanto à cobrança de taxas e tarifas dos consumidores. Já o substitutivo de Lopes acrescenta diretrizes específicas, como a cobrança de água prioritariamente por meio de tarifas com base no volume consumido.

Outro ponto modificado se refere aos fundos especiais de universalização. Pela proposta de Lopes, a criação desses fundos não será mais condição para o recebimento de recursos ou para a obtenção de financiamentos da União. Também foi descartada a criação do Conselho Nacional de Saneamento. Agora, a matéria estabelece que o colegiado máximo da União para a área será o já existente Conselho das Cidades, que deverá ter reforçada a presença de representantes do setor de saneamento – que hoje são minoria.

## Projeto prevê parcerias entre estados e municípios

O projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) sobre o marco regulatório para o saneamento básico (PLS 155/05) prevê que os titulares dos serviços poderão estabelecer cooperação para planejar, organizar, regular, fiscalizar e prestar tais serviços. Diz ainda que o titular ou consórcio poderá, mediante convênio, delegar a outro ente federado o planejamento, a regulação e a fiscalização do serviço. O substitutivo do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) ao Projeto de Lei 1.144/03 também prevê tais consórcios.

O dispositivo busca organizar o meio de campo em que entes federados, principalmente estados e municípios, disputam de qual deles é a responsabilidade de prestar o serviço público de saneamento em determinada região. Ele está ancorado na Lei 11.107, promulgada em abril de

2005, que determina normas gerais para a celebração de consórcios públicos entre os entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a realização de objetivos de interesse comum.

As mudanças previstas na lei eram uma reivindicação de feitos que, na prática, já usavam o mecanismo de atuação comum com estados e União – especialmente na área de saúde. Não havia, no entanto, qualquer legislação sobre o assunto, o que impedia maior eficácia para atuação conjunta dos entes federados e investimentos de recursos públicos nessa modalidade de gestão.

Pela nova lei, os consorciados passaram a ser obrigados a

firmar protocolo de intenções e, posteriormente, um contrato. No protocolo, devem constar dados como a finalidade, o prazo de duração, casos de contratação por tempo determinado e autorização para a gestão associada de serviços públicos.

O consórcio deve funcionar por meio de pessoa jurídica criada para esse fim, sob a forma de associação pública se obedecer ao direito público, ou com o atendimento da legislação civil se for de direito privado. No primeiro caso, ele integra a administração indireta de todos os entes consorciados e, no segundo caso, obedece às normas de licitação, contratação de pessoal e outras referentes ao direito privado.

### Proposta de Camata busca organizar disputas de entes federados

.....



O Ministério das Cidades, que tem à frente Marcio Fortes, está envolvido na criação da Política Nacional de Saneamento Básico

**CRISE POLÍTICA** Parte do depoimento pode ser restrito, devido a acordo com Justiça americana sobre sigilo de dados

# Duda volta a falar e CPI espera esclarecer contas no exterior

**Convocados usam artifícios para fugir dos depoimentos**

Grande parte dos convocados pelas sub-relatorias da CPI dos Correios tem aproveitado as últimas semanas da comissão, que deve entregar seu relatório no dia 21, para adiar os depoimentos, na esperança de que a CPI não tenha tempo para ouvi-los. Por isso, as sub-relatorias têm tido dificuldade para manter a agenda de reuniões, apesar da antecedência com que foi definida.

O tempo tem corrido a favor dos depoentes: alguns se escondem para que a Polícia Federal não consiga convocá-los; outros faltam alegando que dispõem de 48 horas depois da convocação pela PF para se apresentarem; e alguns criam problemas administrativos para justificar a ausência.

Um depoente não compareceu à CPI dizendo que sua convocação foi entregue ao escritório que lhe prestava advocacia, não à sua pessoa. Outro afirmou que não tinha sido avisado com antecedência necessária sobre o horário do voo em que deveria embarcar para Brasília – a CPI é responsável pelas passagens aéreas e hospedagens das pessoas ouvidas pelos parlamentares.

O operador de mercado Lúcio Funaro, por exemplo, conseguiu adiar sua ida à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão por cerca de três semanas, pois não foi encontrado pela PF.

**Beta pode ter vencido licitação da ECT graças a certidão falsa**

A Brazilian Airlines Transportes Aéreos (Beta), que operou a Rede Postal Noturna (RPN) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de outubro de 2000 a abril de 2005, venceu a licitação em questão apresentando à estatal uma certidão negativa de débito cuja autenticidade é contestada pelo procurador da Fazenda Nacional de São Paulo Marden Mattos Braga.

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios recebeu, na sexta-feira, ofício em que o procurador afirma não reconhecer como sua a assinatura na certidão, o que tornaria o documento falso. A Beta faturou, com a linha Porto Alegre-Recife da RPN, cerca de R\$ 250 milhões. Segundo o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), a empresa poderá ter que devolver o montante.

Já sabíamos que havia uma quadrilha na RPN. Agora temos evidências de que pode ter existido uma segunda, que atuava junto ao INSS e à Receita Federal para levantar documentos falsos – disse Cardozo.



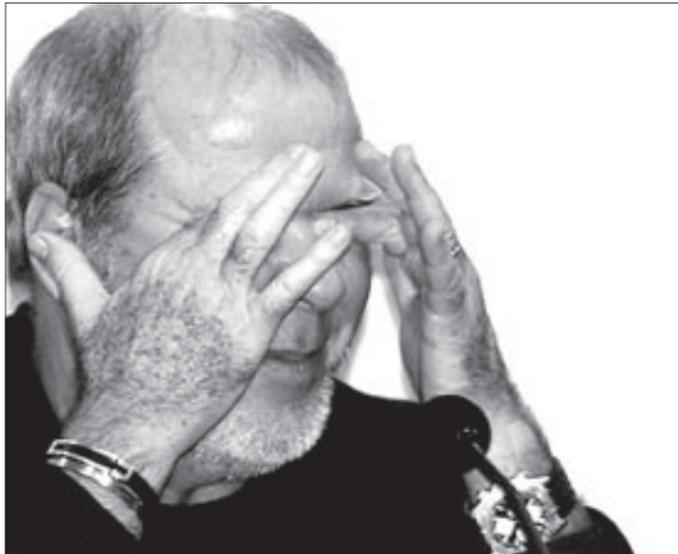
A CPI Mista dos Correios estará sob holofotes nesta quarta-feira, quando o publicitário Duda Mendonça e seus sócios voltam à comissão para prestar esclarecimentos sobre o caminho percorrido pelos R\$ 10,5 milhões recebidos de Marcos Valério a título de pagamento de dívidas de campanha e sobre a manutenção de dinheiro irregular no exterior por outras contas. A expectativa em torno do depoimento é grande, pois Duda Mendonça já trabalhou para várias legendas partidárias e a CPI dos Correios conseguiu ter acesso ao sigilo bancário do publicitário nos Estados Unidos.

Devido ao acordo entre os parlamentares e a Justiça americana, que exige sigilo em relação aos dados, é possível que parte do depoimento seja sigiloso. O publicitário manteve a declaração de que a única conta que manteve no exterior é a da *offshore*

Dusseldorf, criada para receber o dinheiro do valerioduto. O avanço das investigações, no entanto, provou que o marqueteiro tem outras contas no exterior, pelas quais teria movimentado muito mais do que os R\$ 10,5 milhões confessados por ele. Marcos Valério também contestou Duda Mendonça, afirmando que os milhões foram enviados ao exterior por determinação do publicitário.

A participação do Banco Rural no esquema de envio irregular de dinheiro ao exterior também deve voltar à tona durante o depoimento do publicitário, uma vez os recursos foram repassados para a conta de Duda pelo Banco Rural Europa, Banco Rural Internacional e Trade Link Bank, todos ligados ao Rural, principal instituição em que foram tomados os supostos empréstimos para financiar o valerioduto.

A investigação sobre os recursos movimentados pelo marqueteiro no exterior deve iluminar a participação de doleiros nesse esquema de movimentação ilegal



Depoimento de Duda Mendonça e seus sócios, marcado para quarta-feira, é esperado com grande expectativa pela comissão

de dinheiro de partidos políticos, que conta com a participação de corretoras como a Guaranhuns, e de doleiros como Toninho da Barcelona e Dario Messer.

Mesmo com o depoimento, a CPI não deve conseguir fechar o cerco sobre o publicitário. Investigações sobre infrações contra

o sistema financeiro requerem inteligência especial e podem durar anos até identificar origens e destinos de toda a movimentação. Até hoje, por exemplo, ainda não foram identificados todos os saques e depósitos realizados por Marcos Valério, investigados desde junho do ano passado.

## Correios mantém conclusão em abril



Comissão apresentará relatório embasado e consistente, afirma Delcídio Amaral

A cúpula da CPI dos Correios decidiu não prorrogar seus trabalhos e manteve o prazo de entrega da primeira versão do relatório final – dia 21 de março. Para o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), uma prorrogação poderia transformar a comissão em palco para disputas partidárias.

– Nós temos condições de apresentar no dia 21 de março relatório consistente e embasado em tudo aquilo que foi investigado – afirmou Delcídio. O texto também deverá ser objeto de intensa negociação entre governo e oposição para que a CPI consiga aprovar uma conclusão até 11 de abril.

A prorrogação dos trabalhos da comissão chegou a ser cogitada em função de novas denúncias da imprensa, que atingiriam 55 deputados do PMDB, supostos beneficiários do esquema montado por Marcos Valério, foco das investigações do colegiado.

O relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), não escondeu as dificuldades de investigar o seu próprio partido e quer que o assunto, como o caso Furnas, seja investigado por outra CPI.

– Eu vou investigar o PMDB? Por mais que eu faça, vão dizer que eu protegi A, B ou C

– argumentou Serraglio, tornando claro o conflito de interesses na questão. Peemedebista, o senador Almeida Lima (SE) defendeu a prorrogação da CPI, assim como os pefelistas Heráclito Fortes (PI) e Antonio Carlos Magalhães (BA).

Apesar de a chamada “lista de Furnas” e as denúncias contra peemedebistas ficarem fora da CPI dos Correios, o advogado Roberto Bertholdo, pivô das novas acusações, já enviou correspondência à cúpula da CPI, colocando-se à disposição dos parlamentares para quaisquer esclarecimentos. Considerado homem de confiança do ex-líder do PMDB na Câmara José Borba, que renunciou ao mandato para se livrar de provável cassação, o advogado teria participação em esquema de desvio em Itaipu para o PMDB.

As investigações da Polícia Federal (PF) sobre o valerioduto também estão na reta final. A PF quer mais tempo para aprofundar os trabalhos, mas já encaminhou o inquérito ao Supremo Tribunal Federal (STF), único tribunal que pode julgar políticos, que gozam do foro privilegiado. A PF está avançando em investigações como a “lista de Furnas” e o valerioduto para o PMDB.

## Relatório vai precisar de muito acordo para ser aprovado

A decisão de manter o calendário da CPI dos Correios não implica que vai ser fácil aprovar seu relatório final. A polarização política dentro da CPI, especialmente entre PT e PSDB, já impediu a votação do relatório parcial do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Enquanto a oposição quer reforçar a idéia de que houve pagamento de mensalão (compra de apoio político de deputados pelo Executivo), os governistas atribuem os pagamentos ao crime eleitoral de caixa dois e querem a investigação do esquema montado por Marcos Valério na campanha tucana ao governo de Minas Gerais em 1998.

Os envolvidos em corrupção nos Correios também devem causar polêmica. Sub-relator de Contratos, o deputado petista José Eduardo Cardozo (SP) já sinalizou que

as fraudes nas contratações e compras na estatal são praticadas desde a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No relatório parcial que apresentou no ano passado, Cardozo pedia o indiciamento de Hassan Gebirim, presidente dos Correios à época de FHC e de outros diretores da estatal indicados pelo PMDB.

A idéia, nos dois casos, é mostrar que a gestão petista não montou um esquema de corrupção, mas manteve práticas “sistemáticas” – como o presidente Lula se referiu ao caixa dois eleitoral no início da crise. Por outro lado, a oposição quer vincular cada vez mais a crise política ao PT e ao presidente da República, de olho na disputa eleitoral do segundo semestre.

A possibilidade de o relatório final da CPI

apontar a responsabilidade de novos parlamentares, divulgada na última semana, foi frustrada pelo resultado dos processos de cassação no Plenário da Câmara. Tanto o deputado Roberto Brant (PFL-MG) quanto o ex-líder petista Professor Luizinho (SP) foram inocentados pelos colegas, que contrariaram o julgamento do Conselho de Ética e abriram um precedente para que os demais colegas que receberam recursos do valerioduto também sejam inocentados.

A decisão foi considerada “surreal” pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que chamou atenção para as expectativas da população.

– A opinião pública vai reagir, pois não aceita procedimentos que desgastam cada vez mais a imagem do Congresso – disse.

**CRISE POLÍTICA** Em depoimento, funcionário diz ter visto ministro na casa alugada pela “República de Ribeirão Preto”

# Versão de motorista contradiz Palocci



O ministro da Fazenda Antonio Palocci esteve na mira dos principais depoimentos prestados à CPI dos Bingos na semana passada. Para o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), o ministro deve explicação aos senadores e à sociedade após afirmações feitas pelos depoentes.

Inicialmente o ministro teve seu depoimento à comissão contraditado pelo motorista Francisco das Chagas Costa, que durante mais de um ano transportou em Brasília diversos membros da chamada “República de Ribeirão Preto”, principalmente Vladimir Poletto, Rogério Buratti, Ralf Barquete, Ademirson Ariovaldo da Silva – esse último há 17 anos assessor especial de Palocci – e o empresário Roberto Carlos Kurzweil.

Costa afirmou que três vezes viu o ministro entrar na casa do Lago Sul, alugada por Vladimir Poletto para a realização de negócios em Brasília, um lugar onde teriam acontecido operações de lobby e tráfico de influência. Ele teria chegado sempre na companhia de Ralf Barquete e durante o

dia, de acordo com Costa.

Mas, em depoimento no dia 26 de janeiro deste ano, ao responder pergunta feita pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Palocci afirmou que nunca esteve na casa.

– O Vladimir Poletto, eu não conheço. Encontrei com ele duas vezes e o cumprimentei sem saber quem era – disse o ministro aos senadores quando depôs na CPI.

Por telefone, de Londres, onde esteve na semana passada na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Palocci reafirmou ao senador Tião Viana (PT-AC) que nunca esteve na casa.

– Em depoimento à PF, o motorista também não contou que tinha visto o ministro na tal casa, diferentemente do que diz agora. Devemos avançar nas investigações, mas dando a devida dimensão às denúncias – avaliou o senador petista.

## Empresários angolanos levados ao ministério

O motorista afirmou ainda ter acompanhado comitiva que levou os empresários angolanos de jogo Arthur Valente de Oliveira Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo, conhecido como Vadinho, ao

Ministério da Fazenda, acompanhados de outras pessoas.

Os dois são apontados como os empresários que teriam doado R\$ 1 milhão à campanha presidencial do PT em troca da regulamentação das casas de bingo.

Fornecendo mais informações do que aquelas que prestou à Polícia Federal, Costa disse que o assessor especial de Palocci Ademirson Ariovaldo da Silva participou das negociações da Caixa Econômica Federal com a multinacional GTEch, conforme teria ouvido em algumas das vezes em que transportou o grupo de Ribeirão Preto.

Da mesma forma, destacou que o grupo se referia sempre ao “chefão” quando a caminho do Ministério da Fazenda.

– Esse depoimento ainda vai dar muito que falar e exige acareação – assinalou o líder do PFL, senador José Agripino (RN).

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o motorista contradisse o ministro em diversos pontos.

– Não é crime ir à casa do Lago Sul, mas não fica bem para o ministro não dizer a verdade a uma comissão do Senado – analisou Antero.



O motorista Francisco das Chagas Costa depõe à CPI dos Bingos: Palocci já reafirmou que nunca esteve na casa de lobby do Lago Sul

## Prorrogação por mais 60 dias teve 38 assinaturas

Com 38 assinaturas, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais, apresentou à Mesa do Senado requerimento para prorrogar por mais 60 dias os trabalhos da comissão a partir de 25 de abril, data prevista para seu encerramento.

Na última sexta-feira, o requerimento foi publicado no *Diário do Senado*. Com isso, a CPI poderá funcionar até 25 de junho, quatro dias antes de completar um ano de funcionamento.

– Parece-me que esta CPI perturba, mas garanto que não haverá “acordão”, nem acabará em pizza – disse Efraim, que considera a prorrogação necessária devido às muitas investigações feitas e ainda a ser realizadas.

Uma das preocupações da comissão parlamentar de inquérito é conseguir acesso a quebras de

sigilos até então negadas pela Justiça, como a do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

Mesmo com a prorrogação, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pretende entregar seu relatório final até o dia 24 de maio. O senador disse que deve incluir no relatório final o nome do ministro da Fazenda Antonio Palocci, mas afirmou que ainda não sabe como irá fazê-lo.

Para o senador José Jorge, o ministro Palocci está em posição desconfortável para continuar conduzindo a política econômica do país.

– A CPI teve acesso a uma linha de investigação que pode redundar no fim da corrupção petista – afirmou o senador.

## Varrição superfaturada na prefeitura

Um dia depois dos depoimentos de funcionários do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) à CPI dos Bingos apontando fraude nos contratos terceirizados para serviços de varrição do município durante os anos de 2001 a 2004, o delegado seccional da Polícia Civil de São Paulo, Benedito Valencise, confirmou a apuração das denúncias de irregularidades quando da gestão do então prefeito Antonio Palocci, atual ministro da Fazenda, e de seu substituto, Gilberto Maggione.

Em um inquérito que deverá ser concluído dentro de 60 dias, o delegado investiga a empresa Leão Leão, responsável pelo serviço de varrição da cidade, em suposta irregularidade com a Daerp.

Pela investigação, os funcionários recebiam ordens da superintendente da Daerp, Isabel Bordini, para alterar as planilhas do quantitativo da varrição, conforme informações prestadas pela Leão Leão.

Foi o que confirmaram também a funcionária da seção de Resíduos Sólidos do Daerp, Marilene Falsarella, e os engenheiros Mauro Pereira Júnior e Paulo Antônio Negri – os dois últimos prestaram depoimentos em sessão fechada.

Segundo Marilene, ela tinha de fazer alterações na planilha, conforme ordem do engenheiro Mauro Júnior, que por sua vez recebia ordens da superinten-

dente da Daerp, Isabel Bordini.

– Os engenheiros disseram que as alterações da planilha eram de até 40% para mais, gerando prejuízo de R\$ 400 mil para a prefeitura, uma vez que a varrição não era realizada – informou o senador José Jorge (PFL-PE) ao deixar a sessão fechada.

O delegado Valencise tomou o depoimento do advogado Rogério Buratti, ex-secretário de governo na gestão Palocci. Buratti afirmou ter havido um acordo de Palocci com o proprietário da Leão Leão, com repasse mensal de R\$ 50 mil para a prefeitura, dinheiro que era recolhido principalmente por Ralf Barquete, também ex-secretário no município.

– Coletamos inúmeros documentos que demonstraram a veracidade do que Buratti falou – disse o delegado que realizou busca e apreensão na Daerp.

– Apreendemos documentos importantes, alguns falsificados, e que proporcio-

navam um superfaturamento nos trabalhos realizados pela Leão Leão – assegurou.

Foram ouvidos também, segundo o delegado, moradores de vários bairros da cidade que sustentaram não ter havido varrição nas ruas onde moram, informações corroboradas pelos fiscais.

– É evidente a participação dos dois prefeitos, tendo em vista tratar-se de esquema muito grande, que não poderia ser

coordenado apenas por subalternos – disse Valencise.

Os senadores petistas Tião Viana (AC), Eduardo Suplicy (SP), Ideli Salvatti (SC) e Flávio Arns (PR) tentaram desqualificar o delegado por uma série de denúncias que o acusam de prática de tortura.

– A sua biografia não me permite respeitar o seu depoimento. O senhor não tem provas e já condena o ministro Palocci – disse Tião Viana ao depoente.

Valencise afirmou que nunca torturou e que não há qualquer comprovação de que tenha recorrido a tais práticas.

O inquérito anterior realizado pelo delegado pede o indiciamento de Luiz Cláudio Leão e de Buratti por formação de bando e quadrilha e por irregularidades com licitações em municípios da região de Ribeirão Preto.

Desse inquérito, aberto após escutas telefônicas, chegou-se às informações sobre as fraudes de varrição em Ribeirão Preto. O Ministério Público ainda não ofereceu denúncia à Justiça com relação ao primeiro inquérito.

### Delegado diz que houve acordo entre Palocci e a Leão Leão



Efraim Morais viabilizou a prorrogação dos trabalhos: “Esta CPI incomoda, mas garanto que não acabará em pizza”

## Senadores votam requerimentos

A semana na CPI dos Bingos começa com reunião administrativa em que serão postos em votação uma série de requerimentos para convocações e quebras de sigilos.

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento para que a CPI faça novamente a oitiva do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Segundo o senador, Okamoto não possuía rendimentos que lhe permitissem pagar dívidas dos outros – uma vez que sempre teve uma

vida modesta – como fez com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e sua filha Lurian Cordeiro Lula da Silva.

Nesse caso, teriam sido R\$ 26 mil referentes a dívidas de campanha da época em que ela foi candidata a vereadora.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a análise do extrato bancário de Okamoto pode demonstrar o uso do dinheiro do valerioduto para o pagamento dos empréstimos.

**CRISE POLÍTICA** Parlamentares debatem escândalos políticos e se defendem de acusações publicadas na imprensa

## Eduardo Azeredo contesta matéria da revista *IstoÉ*

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou ao Plenário ter enviado carta à revista *IstoÉ* contestando matéria publicada sob o título "Ministro no valerioduto". Ele disse que a reportagem "faz insinuações infundadas, tratando de assunto que já foi exaustiva e evidentemente esclarecido - a campanha eleitoral de 1998". Eduardo Azeredo afirma que "o documento que comprovaria fantasiosa movimentação financeira" na campanha de 1988, mencionado pela revista, "foi forjado pelo lobista Nilton Monteiro, autor de outras listas mentirosas e cujo prontuário criminal já foi amplamente divulgado".

## Ana Júlia nega ter recebido recurso ilegal

Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu-se das acusações de financiamento ilegal de campanha eleitoral que lhe estão sendo feitas por um órgão de comunicação - ela omitiu o nome da empresa. Segundo a senadora, esse órgão de imprensa está a serviço de grileiros de terra e integrantes do que ela chamou de "consórcio da morte e da violência no campo". As denúncias, informou Ana Júlia, foram investigadas pelos integrantes da CPI da Terra e nada foi encontrado que a incriminasse. Conforme a parlamentar, as matérias contêm acusações que nem sequer estão no relatório da CPI e omitem as informações que a inocentam.

# ACM diz que denúncia foi "encomendada"



Em um longo pronunciamento em Plenário, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) respondeu às denúncias publicadas pela revista *Carta Capital* e pelo *Jornal do Brasil* segundo as quais o senador teria interferido para que a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) participasse da construção do complexo turístico da Costa do Sauípe, na Bahia. Esse empreendimento teria consumido R\$ 1,018 bilhão, mas valeria hoje apenas R\$ 171,9 milhões, resultando em prejuízo de R\$ 846 milhões para a Previ.

Para o senador, a matéria da *Carta Capital* foi "encomendada"

pelo governo federal para atacar a ele e a seu neto, o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que investiga, na CPI dos Correios, supostas relações de fundos de previdência com o esquema de corrupção do empresário Marcos Valério.

A revista apontou o suposto envolvimento de ACM nas negociações entre a Previ e a construtora Norberto Odebrecht e o banco FonteCindam a partir de assinatura do senador no protocolo de entendimentos firmado entre essas instituições, em 1997, para construir o complexo turístico. O parlamentar explicou



Antonio Carlos afirma que não interferiu para que Previ investisse na Costa do Sauípe

que assinou o documento na condição de testemunha, em razão de já ser, na época, senador pela Bahia.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Jorge (PFL-PE) prestaram solidariedade a Antonio Carlos.

## Romero Jucá acusa governador de "armação"

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou da tribuna ter sido vítima de uma "armação" montada por um assessor do governador de Roraima, Ottomar Pinto, que teria oferecido R\$ 350 mil para que um ex-motorista do senador, Roberto Jefferson Marques, assumisse a retirada de R\$ 50 mil do Banco Rural, repassados pelo publicitário Marcos Valério. O jornal *Correio Braziliense* publicou notícia no dia 5, informando que o motorista assumira o saque do valerioduto em nome do senador peemedebista.

Jucá disse que a Polícia Federal ouviu imediatamente o motorista, o qual nega a versão publicada pelo jornal do Distrito Federal. Conforme o senador, Roberto Marques afirmou à PF



Jucá diz que seu motorista não recebeu R\$ 50 mil do valerioduto no Banco Rural

que foi procurado em outubro de 2004 pelo assessor do governo de Roraima Joaquim Pinto Souto Maior Neto, adjunto da Casa Civil do atual governador do estado, que lhe ofereceu R\$ 350 mil

para assumir ser "o verdadeiro Roberto Marques" procurado à época pela CPI dos Correios.

O senador leu outros trechos do depoimento de seu ex-motorista, em que Marques desmente a reportagem do jornal e afirma que há cinco anos não sai de Roraima e, por isso, não poderia ter sido o "Roberto Marques" que sacara dinheiro do Banco Rural, em Brasília.

Para Jucá, a reportagem mostra o nível da disputa política em Roraima, onde ele pretende ser candidato da oposição ao governo estadual. Acrescentou que tem sido vítima constante de "infâmias" nas emissoras ligadas a Ottomar Pinto e pediu à Polícia Federal que garanta a segurança de seu ex-motorista.

**CRISE DO PT** - Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou a crise por que passa o PT e lembrou que, em um passado recente, ninguém ousaria dizer que no partido haveria corruptos. Todavia, o senador comentou ter presenciado, em uma comissão na Casa, o surgimento de denúncias envolvendo o PT e que ninguém usou da palavra para defender o partido.

**BOLSA-FAMÍLIA** - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostrou reportagem de jornal da Bahia para denunciar irregularidades no âmbito do programa Bolsa-Família. Conforme a matéria, foram constatadas fraudes nas cidades de Barreiras, Conceição de Almeida e Teixeira de Freitas, onde um comerciante de classe média receberia o benefício.

**CELSO DANIEL** - O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), cobrou do Executivo e do Legislativo providências para que a família do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel, se sinta segura no Brasil e não fuja para o exterior. - É inegável que existia um esquema e o prefeito se voltou contra isso - disse.

**MARCOS VALÉRIO** - O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu que a CPI dos Correios seja prorrogada para investigar denúncias do empresário Marcos Valério envolvendo o governo e o PT, publicadas na imprensa. Ele apresentou a sugestão em resposta ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que considerou as novas denúncias gravíssimas.

## CÂMARA



Pedro Corrêa



Pedro Henry



Roberto Brant



Professor Luizinho

## Mais julgamentos no Plenário da Câmara

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, reiterou a intenção de colocar em votação no Plenário nesta quarta-feira as representações contra os deputados do PP Pedro Henry (MT) e Pedro Corrêa (PE). Aldo afirmou que pretende encerrar a análise de todas as representações no Plenário até o próximo mês. Para ele, os resultados das votações devem ser vistos como expressão da vontade da maioria dos parlamentares, que são legítimos representantes da população. "A Câmara deve julgar com rigor, responsabilidade e espírito de justiça e fazer com que a expressão do resultado corresponda à vontade da maioria dos parlamentares: ora a vontade de punir, de cassar, como já ocorreu; ora a vontade de absolver", declarou.

Ele preferiu não emitir opinião sobre os resultados da última semana, quando o Plenário da Câmara absolveu os deputados Roberto Brant (PFL-MG) e Professor Luizinho (PT-SP). Aldo Rebelo declarou que deve "agir como magistrado, anunciando e acatando as decisões tomadas pela maioria dos parlamentares".

Já o presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), anunciou a votação, nesta quinta-feira, a pedido do próprio representante, José Mentor (PT-SP), do relatório do deputado Edmar Moreira (PFL-MG) sobre o processo contra Mentor. Izar também confirmou para esta terça-feira a votação do relatório do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), que recomenda a cassação do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara dos Deputados.

## Absoluções têm repercussão negativa

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) criticou a decisão da Câmara dos Deputados de absolver os deputados Roberto Brant e Professor Luizinho, acusados de quebra de decoro parlamentar. Eles receberam dinheiro do empresário Marcos Valério. Almeida Lima indagou se "a falta de vergonha" seria da classe política ou do povo brasileiro, frisando que os dois parlamentares "receberam, comprovadamente, dinheiro do empresário Marcos Valério, principal operador do esquema de captação de recursos para o caixa dois do PT".

O parlamentar disse que a composição da Câmara "é uma fotografia do povo brasileiro".

- É fato que parte da classe política perdeu a vergonha, mas parte do povo perdeu a capacidade

de se indignar e reagir - lamentou ele.

Almeida Lima considera inadmissível que a sociedade e seus segmentos "mais representativos" como imprensa, intelectuais, igrejas e sindicatos continuem passivos diante "de tanta roubalheira". Para ele, a omissão é sintoma de conivência com a imoralidade ou de letargia diante da corrupção que se instalou, o que, a seu ver, é "o caos".

O senador fez um apelo para que a sociedade brasileira "acorde e saia da letargia em que se encontra" antes das eleições de outubro, pois, afirmou, ainda é tempo de reagir ao "atual ambiente político corrupto".

A repercussão negativa da absolvição de Brant e Luizinho reacendeu, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o debate sobre

o fim do voto secreto em Plenário. Deputados do conselho já começaram a colher assinaturas para uma emenda à Constituição que institui o voto aberto em todas as votações. O presidente do órgão, Ricardo Izar, encabeça o movimento.

Integrante do conselho, o deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP) afirmou que se criou uma contradição, já que o Plenário cassou os mandatos de Roberto Jefferson e de José Dirceu.

O deputado Edmar Moreira (PFL-MG), relator do processo contra o deputado José Mentor (PT-SP), anunciou que deixará o conselho após a conclusão do caso.

Depois de meses de investigação, o conselho concluiu que Brant e Luizinho feriram o decoro ao receber dinheiro de Marcos Valério. O Plenário rejeitou os pareceres.

## PLENÁRIO

## Alvaro Dias e Tião Viana comentam opinião da CNBB

Recentes comentários do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Geraldo Majella Agnelo, sobre o governo Lula, feitos durante o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2006, foram citados na semana passada por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador listou entre as críticas do religioso “a submissão a imposições de credores, o favorecimento à lucratividade recorde dos bancos e a promoção do assistencialismo”. Já o senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário nota de esclarecimento do cardeal em que aponta a distorção de comentários seus sobre o governo. O religioso afirma que a CNBB não faz oposição ao atual governo e que procura apenas chamar atenção para os problemas enfrentados pela população. O bispo nega ter falado em “politicalha para garantir votos” ou ter acusado o governo do PT de ser o mais submisso aos banqueiros.

## Sibá enaltece programa de biodiesel e lê artigo sobre meio ambiente

Sibá Machado (PT-AC) comemorou a assinatura dos primeiros contratos de compra de biodiesel pelo presidente Lula e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário. Para o senador, o biodiesel – que será produzido com matéria-prima fornecida por agricultores familiares – trará benefícios como inclusão social,

## Ideli ressalta melhora no ranking das desigualdades

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), destacou a melhora da posição do país no ranking das desigualdades sociais elaborado pelo Banco Mundial. Conforme o estudo, o Brasil saiu do segundo para o décimo lugar na classificação de pior país em distribuição de renda. Antes, só perdia para Serra Leoa. Essa é a melhor posição, enfatizou Ideli, já alcançada pelo Brasil nos últimos 25 anos. Ela também disse que o destaque que a edição da semana passada da revista britânica *The Economist* deu à visita oficial do presidente Lula à Inglaterra faz jus à reformulação que a política econômica de Lula “empreendeu ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento”. A revista dedicou a Lula foto na capa, reportagem de três páginas e entrevista.

## Tião Viana comemora distribuição pública de vacina contra rotavírus

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou decisão do governo federal de introduzir no calendário de imunização do país, a partir do próximo dia 20 de março, a vacina contra o rotavírus. O rotavírus é considerado o principal responsável por surtos

alívio na balança comercial, menor dependência de combustíveis fósseis em vias de esgotamento e menos poluição. Sibá também leu em Plenário artigo de Lula sobre a necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente, publicado no jornal inglês *The Guardian*.

de diarreia em crianças menores de cinco anos em todo o país, que pode levar à morte.

– Com a vacina, vamos reduzir em 42% o número de internações delas nos seus primeiros anos de vida e em 34% o de óbitos causados pela diarreia – disse.

**INJUSTIÇA** – O senador João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou que o governo só se interessa por aquilo que vá lhe trazer algum tipo de promoção. Exemplificou com o caso do pedido de anistia de João Trindade, de 80 anos, protocolado, em outubro de 2003, e que até agora não foi atendido pelo Ministério da Justiça.

**AUDITORIA** – O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu reivindicação da União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (Unasus), de criação da carreira de auditor-fiscal de saúde. Ele lembrou que o SUS tem a responsabilidade de administrar o segundo maior orçamento entre todos os órgãos do Executivo.

**REPASSES** – Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou declaração do presidente Lula, feita durante visita a Marabá (PA) há duas semanas, de que o governo federal aplicou R\$ 5,547 bilhões no estado. “Não há recursos federais no Pará. Ou Lula está sendo enganado por sua assessoria, ou falta com a verdade”, afirmou o senador.

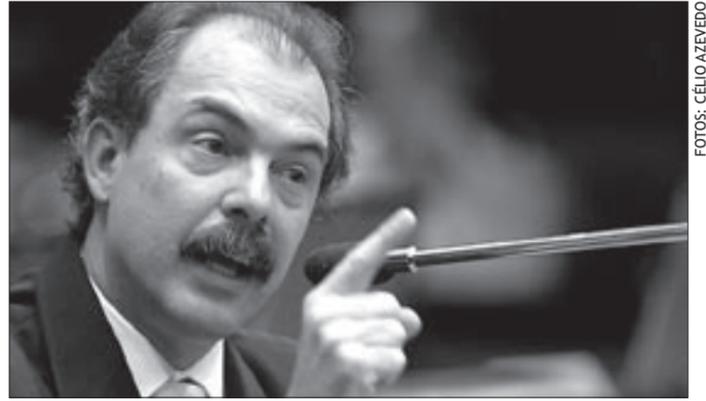
**VÍTIMAS** – Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí (SC), que ingressou com ação civil pública para obrigar o governo federal a recuperar a BR-470. O senador disse que as vítimas de acidentes deveriam processar o governo pela má conservação das rodovias.

# Taxa de juros volta a dominar debates

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que, em três anos, o governo Lula obteve uma série de conquistas expressivas nos campos econômico e social. A mais recente delas, de acordo com ele, foi sair do segundo para o décimo lugar no levantamento estatístico do Banco Mundial que mede a desigualdade social.

– Um desempenho melhor será obtido à medida que o governo vença etapas importantes no controle macroeconômico, como a redução gradual das taxas de juros e da dívida interna – acrescentou.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou “a insistência da equipe econômica, do Ministério da Fazenda e do Banco Central, na combinação de juros altos com câmbio valorizado”. Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que, com a redução da taxa de juros, o país “poderia crescer mais do



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

**Aloizio Mercadante considera que desigualdade será menor com redução gradual das taxas de juros e da dívida interna**

que o dobro dos 2,3% de aumento do PIB em 2005”.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) censurou declaração de Lula em entrevista à revista *The Economist*, na qual disse “não ter pressa de fazer a economia brasileira crescer”, o que seria, a seu ver, uma apologia do presidente à “incompetência do governo”. O senador Tasso Jereissati (PSDB-

CE) solicitou esclarecimentos à liderança do governo sobre discrepâncias entre números apresentados por órgãos oficiais relativos a investimento público. Jereissati aponta uma diferença de R\$ 11,5 bilhões entre dados do Ministério do Planejamento e do Siafi, e salienta que isso “representa uma distorção grave para toda a política econômica”.

## Senadores criticam MP da dívida rural

Senadores de vários partidos repercutiram em Plenário a edição da medida provisória (MP 285/06) que estabelece critérios para a renegociação de dívidas dos agricultores da região abrangida pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e o veto presidencial ao projeto de lei (PLC 142/05) que permitia a renegociação das dívidas de até R\$ 30 mil dos agricultores.

Segundo Heloísa Helena (PSOL-AL), “o governo vendeu para a opinião pública que resolveu a dívida dos pequenos produtores, mas editou a MP. O governo prioriza o grande latifúndio e a exportação”.

Já Efraim Morais (PFL-PB) lembrou que enquanto o governo recusa-se a renegociar dívidas de agricultores, os bancos têm lucro recorde de R\$ 28 bilhões. “A política que o presidente Lula e o PT impõem à sociedade é a política dos mais ricos”, disse.

Osmar Dias (PDT-PR) comentou pesquisa que revela que 70% dos produtores do seu estado não terão como pagar as dívidas. Leonel Pavan (PSDB-SC) comentou levantamento mostrando que, entre 1960 e 2000, 60 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades. Segundo ele, essas pesquisas poderiam subsidiar as políticas do governo.

Para Rodolpho Tourinho (PFL-BA), “a edição dessa MP é um desrespeito não só aos produtores rurais, mas a toda a população do Nordeste”. Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a derrubada do veto ao projeto pelo Congresso.

Já Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu a normalização dos programas que visam abastecer o Nordeste com milho subsidiado, cujo atraso tem prejudicado os compradores do produto.

Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu providências do governo para solucionar as dificuldades do agronegócio de Mato Grosso, que sofre com custos de transportes e de fertilizantes.

## Repúdio à invasão da Aracruz Celulose

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) repudiaram a ação de militantes do grupo Via Campesina e do Movimento das Mulheres Camponesas (ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) na cidade de Barra do Ribeiro (RS).

Na madrugada de quarta-feira, cerca de 2 mil militantes invadiram e depredaram o Horto Florestal Barba Negra, pertencente à empresa Aracruz Celulose, destruindo cerca de 10 milhões de mudas de eucalipto. De acordo com a Via Campesina, o ato foi um protesto contra os chamados “desertos verdes”, grandes propriedades utilizadas apenas para a plantação de árvores destina-



**Arthur Virgílio solidariza-se com pesquisadora de empresa de celulose que sofreu invasão**

das à produção de papel.

Juvêncio culpou o governo pelo estímulo às invasões a terras produtivas, alegando convicção da cúpula do PT com “as facções

lideradas pelo MST, que têm intensificado atos de vandalismo em nome da reforma agrária”. Ele disse que João Pedro Stédile, integrante da direção do MST, “é hoje importante figura do governo”. Já Zambiasi afirmou considerar inaceitável o uso de violência nas mobilizações dos sem-terra.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento à Mesa do Senado de voto de solidariedade a Isabel Gonçalves, pesquisadora da Aracruz Celulose pelo trabalho de pesquisa genética que ela desenvolve há mais de 20 anos. O senador Sibá Machado (PT-AC) lembrou que há muitas organizações de trabalhadores sem terra no Brasil e nem todas utilizam métodos violentos.

## Sibá elogia MP que estimula assinatura de carteira de doméstico

O senador Sibá Machado (PT-AC) aplaudiu a decisão do presidente Lula de assinar medida provisória para estimular a contratação de empregados domésticos com carteira assinada. Sibá explicou que o empregador que

registrar o funcionário terá a possibilidade de descontar no seu Imposto de Renda a contribuição de 12% ao INSS.

Já José Jorge (PFL-PE) criticou a medida. Embora tenha deixado claro ser a favor da dedução, o

líder da Minoria classificou a medida como inconstitucional e eleitoreira.

– Se seus efeitos só irão valer em 2007, já está provado que ela não cumpre a exigência constitucional de urgência – disse.

## CONGRESSO

# Congresso homenageia mulheres com sessão

Com chuva de pétalas de rosas e canções, o Congresso celebrou na última quinta-feira, em sessão solene, o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Na ocasião, cinco mulheres que se destacaram na defesa da cidadania e dos direitos humanos e políticos das mulheres brasileiras receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2005/2006. As homenageadas foram: a sobrevivente das Ligas Camponesas na Paraíba Elizabeth Altino Teixeira; a trabalhadora rural Geraldina Pereira de Oliveira; a advogada e deputada estadual de São Paulo Rosmary Corrêa; a funcionária pública federal Jupyra Barbosa Ghedini; e a pajé iauanauá Raimunda Putani.



Dezenas de mulheres estiveram no Plenário do Senado para homenagear as premiadas, como Raimunda Putani (E)

Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Foi ela que se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de

votar e de serem votadas. Seu último ato público em defesa da condição feminina foi em 1975, quando integrou a delegação do país em congresso na ONU. Ela morreu no ano seguinte.

## Índia premiada com o Bertha Lutz quebra tabu

**Raimunda Putani** – É uma jovem que mora no Acre e nasceu na terra indígena do rio Gregório, onde habita o povo iauanauá, no sudoeste da Amazônia. Ela luta para manter a tradição de seu povo e, ao mesmo tempo, quebrou o tabu de que na cultura iauanauá uma mulher não poderia tornar-se pajé. Dedicou-se ao conhecimento e a provas muito difíceis para alcançar o desenvolvimento espiritual necessário à pajelança e hoje tem o respeito de todos na aldeia, incluindo os homens que, no princípio, não acreditavam nela. O povo iauanauá agora já tem Raimunda como pajé.



**Elizabeth Altino Teixeira** – Participou das Ligas Camponesas em Sapé, na Paraíba, e sobreviveu às

perseguições políticas e à clandestinidade. Recebeu da Assembleia Legislativa do estado Medalha Epitácio Pessoa como homenagem a uma mulher que se tornou símbolo da luta pela liberdade, pelos direitos humanos e contra a violência no campo.



**Geraldina Pereira de Oliveira** – É trabalhadora rural de Rio Maria, no Pará, e teve seu marido, João Canuto, e seus

dois filhos assassinados. Em 1991, sua família, juntamente com associações e sindicatos, fundou a Associação Comitê Rio Maria. Ela tornou-se símbolo da resistência e da luta camponesa pela reforma agrária e pelo fim da violência e da impunidade.

**Rosmary Corrêa** – É bacharel



em Direito e deputada estadual em São Paulo. Exerceu o cargo de secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, de 1992 a 1994, quando realizou a primeira contagem de meninos e meninas de rua de São Paulo. Criou, em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, sendo designada para o cargo de delegada.



**Jupyra Barbosa Ghedini** – É de Penápolis (SP), mãe de seis filhos e funcionária federal. Ingressou por concurso público na carreira de auditor-fiscal da Receita Federal e completou 45 anos de atuação.

### O que disseram os senadores

O problema da violência contra a mulher tem que ser assumido por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública.

**Renan Calheiros**

A melhor arma para mudar a situação de violência continua sendo a educação e nessa questão cabe a nós papel preponderante.

**Serys Slhessarenko**

No Congresso obtivemos importantes conquistas, embora seja pequeno o nosso número. E nossa maior luta é pelos direitos humanos.

**Lúcia Vânia**

Mulheres, não percam a esperança nem se acomodem. Espero que um dia as mulheres tenham qualidade de vida mais homogênea.

**Cristovam Buarque**

Pela primeira vez uma mulher paraibana é agraciada com esse prêmio concedido pelo Senado durante o Dia Internacional da Mulher.

**Ney Suassuna**

Conclamo a sociedade brasileira a criar condições para homens e mulheres viverem suas diferenças com igualdade e justiça social.

**Ana Júlia**

Especialistas estimam que, para 20 casos de violência no país, apenas um é denunciado, o que nos deixa indignados.

**Paulo Paim**

Nas circunstâncias de pobreza em que vive a grande maioria das mulheres da Amazônia, elas só podem ser consideradas heroínas.

**Mozarildo Cavalcanti**

As mulheres amam mais que os homens, são mais honestas. Conclamo as mulheres a assumirem mais seus lugares na política.

**Ramez Tebet**

Precisamos honrar a memória de muitas mulheres que lutaram muito mais do que nós, como as mulheres que moram na rua.

**Heloísa Helena**

Esse dia representa uma boa oportunidade para sugerir novos caminhos que venham a permitir, à mulher, o pleno exercício de sua cidadania.

**Alvaro Dias**

Parabenizo as mulheres que enfrentam diariamente os desafios e ainda assim conseguem ser mulheres em sua plenitude.

**Patrícia Saboya**

Anseio por uma época em que já não seja necessário comemorar o Dia da Mulher. Essa situação mostrará a igualdade de gêneros.

**Arthur Virgílio**

Hoje, a mulher ocupou seu espaço e um dia, não muito longe, mais de metade dos governistas do mundo serão mulheres.

**Pedro Simon**

Peço respeito e harmonia entre homens e mulheres em todos os dias do ano e não em apenas uma data especial como esta.

**Ideli Salvatti**

As mulheres são muito mais honradas, honestas e legítimas que os homens. Os 365 dias do ano devem ser de respeito, homenagem e amor.

**Mão Santa**

### Projetos

#### Mãos Limpas contra caixa dois

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe que o caixa dois seja caracterizado como meio de perseguição criminal (PLS 369/05), conforme o modelo da Operação Mãos Limpas, que combateu a corrupção na Itália. Ele também quer reformular o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (PLS 368/05) e disciplinar o *habeas corpus* (PLS 367/05). Este projeto prevê que no processo e julgamento do *habeas corpus* de competência do Supremo Tribunal Federal e nos de recurso das decisões de última ou única instância, denegatórias de *habeas corpus*, será obrigatório observar o seu efetivo julgamento pela instância inferior.

#### Depósito de dinheiro apreendido

O dinheiro apreendido em flagrante delito ou no curso do cumprimento de mandados de busca e apreensão deverá ser imediatamente depositado em conta bancária remunerada,

conforme proposta (PLS 374/05) apresentada pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Se a apreensão for de moeda estrangeira, caberá ao juiz colocá-la à disposição do Banco Central.

#### Iniciativa contra trabalho escravo

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou projeto de lei para vedar a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava (PLS 377/05).

#### Atenção para o ensino superior

Para estabelecer normas gerais de organização, estrutura, funcionamento e avaliação da educação superior, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou proposição (PLS 375/05) que também dispõe sobre o sistema federal de educação superior e o Plano Nacional de Educação Superior.

#### Situação regularizada, pena extinta

Osmar Dias (PDT-PR) quer extinguir a pena para crimes de omissão ou falsidade de informação que fraudem o sistema previdenciário, no caso de o agente inserir ou retificar informações omitidas ou inverídicas, além de promover a regularização

do empregado perante o órgão previdenciário, inclusive quitando a dívida a que tenha dado causa com a sua conduta, antes do recebimento da denúncia pelo juiz (PLS 378/05). A proposta de Osmar Dias modifica o Código Penal.

#### Recursos contra multas administrativas

Quando em exercício, o senador suplente Gilberto Goellner (PFL-MT) propôs alteração na Consolidação das Leis do Trabalho prevendo o recolhimento de 20% da multa devida na interposição de recursos contra decisões administrativas (PLS 380/05). Segundo ele, a atual exigência do recolhimento prévio do

valor integral das multas para que os recursos sejam recebidos muitas vezes acaba impossibilitando a defesa por parte do autuado. Goellner também propôs o estabelecimento do medicamento genérico de uso veterinário e a utilização de nomes genéricos em produtos para esse uso (PLS 379/05).

## PLENÁRIO

## Jefferson condena ação de ministros aposentados

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) demonstrou indignação em relação ao mandado de segurança impetrado por quatro ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal contra o teto salarial de suas aposentadorias.

No entendimento do parlamentar, a Constituição federal é explícita ao determinar o teto salarial para qualquer agente público. Jefferson leu o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual vencimentos, remuneração, vantagens e adicionais, bem como

proventos de aposentadoria serão imediatamente reduzidos aos limites do teto – remuneração dos ministros do STF –, não se admitindo invocação de direito adquirido, argumento utilizado pelos impetrantes do mandado de segurança.

Jefferson Péres também reclamou a falta de reuniões do Conselho de Ética do Senado.

– Há mais de quatro meses o Conselho de Ética no Senado não se reúne, e há fatos envolvendo senadores que necessitam de investigação – afirmou.

## Heráclito: “Se PT não se explicar, terá surpresa nas eleições”

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o governo e o PT precisam explicar melhor alguns episódios descobertos pelas CPIs que estão em funcionamento no Congresso, sob pena de terem surpresas desagradáveis nas eleições deste ano.

– O povo não sofre de amnésia. Ninguém explicou a cueca suja do Ceará até agora. O rapaz que a estava usando era um simples “laranja”. Quem precisa esclarecer o episódio é a cúpula do PT, sob pena de ver a questão ressurgir nas eleições, como aconteceu no Carnaval, quando o caso foi tema de vários blocos – disse.

Segundo Heráclito, é incrível como as pessoas ligadas ao PT conseguiram reunir em torno delas, em tão pouco tempo, “tanta gente nefasta para o Brasil”, como se descobriu durante as investigações feitas pelas CPIs.

## Lúcia Vânia defende reajuste para aposentados e pensionistas

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou a manifestação de aposentados e pensionistas na Esplanada dos Ministérios por um reajuste nominal de 16,67% de seus benefícios mensais, mesmo percentual dado ao salário mínimo. Ela lembrou que esses segmentos da sociedade também reivindicam a regulamentação do Estatuto do Idoso e o pagamento do 13º salário em duas parcelas – uma em junho e outra no fim do ano.

A parlamentar lembrou que 8 milhões de aposentados e pensionistas recebem benefícios superiores a um salário mínimo e, portanto, não foram contemplados com o reajuste que incidirá sobre o mínimo.

# Cristovam reclama da exclusão social

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao comentar em Plenário o aumento do número de brasileiros entre as pessoas mais ricas do mundo, defendeu o fim da “anestesia” que impede o país de adotar programas sociais que garantam a promoção da população excluída.

Segundo Cristovam, existem 50 milhões de brasileiros com renda individual em torno de 25 dólares, cujo patrimônio total equivaleria ao valor médio dos bens de cada um dos 16 bilionários brasileiros incluídos este ano na lista da revista *Forbes*, número que dobrou em relação ao ranking anterior.

– Vamos acabar com a anestesia política, anestesia que não é só a da corrupção, mas também a da falta de prioridades das po-



Cristovam Buarque, ao comparar renda de pobres e bilionários brasileiros

líticas públicas que não chegam aos pobres, e mesmo quando chegam, como o Bolsa-Família, não são políticas emancipadoras – comentou.

Cristovam salientou que o go-

verno deixou a notícia sobre o aumento dos bilionários sem registro. Isso a despeito do fato de oito bilionários terem entrado na lista durante o governo Lula. Para o senador, a indiferença talvez se justifique pela “vergonha” do contraste diante do número de miseráveis entre a população.

Na opinião do senador, em princípio, merece comemoração o maior número de brasileiros bilionários – pessoas

que, na sua avaliação, juntaram dinheiro pelo trabalho e pelas oportunidades que tiveram. Mas os festejos seriam indesejáveis enquanto o país tiver vergonha diante de tantos excluídos.

## Delcídio Amaral critica privatização de ferrovias

Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que a alienação do controle das concessionárias de ferrovias Ferroban, Ferronorte e Novoes-te põe em risco a capacidade brasileira de criar seu próprio desenvolvimento.

– Vender a Novoes-te desassociada da Ferroban e da Ferronorte é impróprio. Esse projeto estagnar a capacidade de transporte da Novoes-te nos 3,5 milhões de toneladas de carga que foram transportados no ano passado. Mato Grosso do Sul precisa de uma oferta de mais de 20 milhões de toneladas por ano – afirmou Delcídio.

## Violência no Paraná preocupa Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou de “alarmante” recente estatística do Ministério da Justiça sobre o crescimento da violência no país. Alvaro disse que o Paraná registrou índices preocupantes, segundo ele, por causa da política implementada pelo governo do estado, que, na prática, expulsa empresas geradoras de emprego e renda, desestimula investimentos e se mostra incompetente para gerir a agricultura.

## Arthur Virgílio alerta para queda da produção industrial

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), alertou para as graves consequências que a queda de 1,3% na produção industrial do Brasil de dezembro de 2005 a janeiro de 2006 pode ocasionar à economia brasileira. Para Arthur Virgílio, esse resultado, divulgado na semana passada pelo IBGE, causa um enorme mal-estar, frustra as expectativas do mercado, que apostava num pequeno crescimento de 0,5%, e acende a luz vermelha sobre o que pode vir a acontecer daqui para a frente.

**MÁRIO COVAS** - O Senado aprovou, na última segunda-feira, voto de lembrança pelos cinco anos de falecimento de Mário Covas. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), autor do requerimento, afirmou que Covas foi um dos maiores líderes políticos brasileiros dos últimos anos. Mário Covas foi deputado federal, senador, prefeito de São Paulo e duas vezes governador do estado de São Paulo. Também participou da fundação do antigo MDB e do PMDB. Faleceu em 6 de março de 2001.

**DESIGUALDADES** - As “imensas” desigualdades entre os estados brasileiros, principalmente nas regiões mais pobres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, foram tema de pronunciamento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o parlamentar, a Constituição federal, que prevê ações para a diminuição dessas desigualdades, está sendo descumprida. Para ele, o país tem de ser pensado do ponto de vista geoestratégico.

**PLANEJAMENTO** - Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu o planejamento familiar, segundo ele, um direito fundamental para que as mulheres passem a ser “donas de seus destinos e afastem suas famílias da miséria”. O senador lembrou que relatório da ONU aponta um incremento populacional significativo nas próximas décadas e conclui que o planejamento familiar poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

**TAXA DE JUROS** - Paulo Paim (PT-RS) afirmou estar preocupado com a taxa de juros aplicada no Brasil. Na opinião do representante gaúcho, a taxa cobrada pelos bancos brasileiros fortalece o setor financeiro e contribui para gerar desemprego. - Acredito que, com essa taxa de juros, o Brasil está com o foco no crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido em detrimento do setor produtivo - alertou.

## Presidência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na última quinta-feira, convite para participar da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade, que acontecerá em Curitiba, neste mês. A ministra argumentou que esse evento, que reunirá 188 países, é o maior já realizado sobre meio ambiente desde a Eco Rio-92.

Indagada sobre o veto do presidente da República a dispositivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, Marina Silva sustentou que não houve quebra de compromisso pelo governo.

– O Legislativo ofereceu à sociedade uma importante ferramenta de proteção das florestas e combate à grilagem. Os aperfeiçoamentos ainda podem ser encaminhados via projeto paralelo.

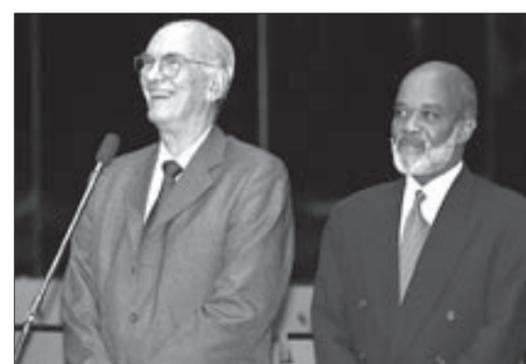
## Renan recebe presidente da Assembléia do Vietnã

Na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu a visita do presidente da Assembléia Nacional do Vietnã, Nguyen Van Na, que estava acompanhado por comitiva de parlamentares e empresários. Nguyen disse que o Vietnã apóia a pretensão do Brasil a uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e que gostaria de contar com a aprovação brasileira à candidatura vietnamita a uma vaga de membro não-permanente no biênio 2008-2009. O parlamentar vietnamita agradeceu o apoio brasileiro ao ingresso de seu país na Organização Mundial do Comércio (OMC).

## Presidente do Haiti visita Comissão de Relações Exteriores

Em visita de cortesia à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na sexta-feira, o presidente eleito do Haiti, René Préval, disse que seria “irresponsável” pedir à comunidade internacional, neste momento, a saída das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) estacionadas no país para garantir a manutenção da estabilidade política. Ele agradeceu o apoio do Brasil para a superação da crise haitiana.

– Precisamos de apoio internacional para reforçar a atividade da polícia e da Justiça. Há uma posição falsamente nacionalista contrária à presença de tropas estrangeiras. Muitos traficantes certamente não gostariam de ver a polícia



Saturnino (E) recebe na CRE o presidente Préval

reforçada – afirmou Préval, em resposta a uma declaração do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para quem abandonar o Haiti, neste momento, seria uma “irresponsabilidade política internacional”.

Já presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o país encara a presença de seus soldados no Haiti como missão de democracia, cooperação e justiça.



## 180 anos do Senado

A dissolução do Congresso em 1891, o exílio de Rui Barbosa e os anos da "política do café-com-leite" no quarto capítulo da série



# O conturbado início republicano

Uma sucessão de golpes marcaram os primeiros anos de República no Brasil. Em fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana. Mas dois anos depois, o marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso

e decretou estado de sítio. Depois de uma série de golpes, e do governo de Prudente de Moraes, Campos Sales dá início à "política do café-com-leite", com três tentativas frustradas do então senador Rui Barbosa de chegar à Presidência da República.

## Dissolução do Congresso por Deodoro

Proclamada a República, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca chefiou o governo provisório que duraria até a conclusão da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Dois nomes foram destaques na Assembléia Constituinte: o de seu presidente, senador Joaquim Saldanha Maranhão, e o do senador Rui Barbosa de Oliveira, autor de mais de 80% dos artigos, incluindo o que alterou o nome de Câmara de Senadores para Senado.

Mas o governo republicano começou a decepcionar. "Esta não é a República dos meus sonhos", afirmou Saldanha Maranhão. Deodoro resolveu acabar com a oposição que tinha no Congresso, dissolvendo-o em 3 de novembro. Tentou então um golpe de Estado, mas,

sem apoio, renunciou em 23 de novembro de 1891.

### Golpes durante a República

O vice-presidente marechal Floriano Vieira Peixoto, ex-senador constituinte por Alagoas, deveria assumir apenas para convocar novas eleições. Ao interpretar em causa própria um artigo da Constituição, decidiu manter-se no poder. Com isso, a República que havia sido proclamada por um golpe militar, enfrentou o terceiro golpe. O senador Rui Barbosa, ao questionar a atitude de Peixoto, foi exilado.

Floriano Peixoto, de imediato, afastou os interventores dos estados que haviam apoiado o golpe



Floriano Peixoto interpretou a Constituição em causa própria

de Deodoro. A partir de então, diversas rebeliões ocorreram no país e exigiram o retorno do velho marechal ao poder. Vitorioso, Floriano, o "Marechal de Ferro", governou por três anos.

## Duas décadas e meia de "café-com-leite"

Na busca de sanear a economia do Brasil e controlar a política nacional, o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales firmou o que ele próprio chamava de "política dos estados", mas que passou à história como "política dos governadores".

Esse arranjo consistia num acordo entre o Executivo federal e os presidentes (como eram então denominados os governadores) dos estados em que somente os candidatos ao Parlamento indicados pelos governadores teriam apoio federal. Em contrapartida, deputados e senadores apoiariam as iniciativas do governo federal. A fórmula foi mantida sob o predomínio de presidentes da República paulistas e mineiros, conhecida como "política do café-com-leite".

A decisão sobre qual seria o candidato à sucessão quase sempre foi tomada no Palácio do Senado, em reunião com a presença do presidente da República e dos governadores de Minas Gerais e São Paulo. O nome do indicado era passado para os congressis-

tas, que geralmente ratificavam a escolha.

O primeiro presidente a ser escolhido, em 1902, foi o então governador de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, candidato oficial de Campos Sales. Para sua sucessão, em 1906, foi designado o senador mineiro Afonso Augusto Moreira Pena, presidente do Senado e vice-presidente da República. Entre 1909 e 1914 houve uma breve interrupção na seqüência. Nilo Procópio Peçanha, então vice-presidente, assumiu para concluir o mandato.

### "A pena contra a espada" na República Velha

Apoiado pelo senador general José Gomes Pinheiro Machado (RS), o ex-ministro da Guerra de Afonso Pena, marechal Hermes da Fonseca, lançou sua candidatura à Presidência. As eleições de 1910 seriam marcadas pela divisão entre "militaristas" e "civilistas", esses em prol do senador Rui Barbosa. O temor de se votar contra os interesses dos chefes políticos locais em eleições com voto "a

descoberto" – assim chamado por não haver uma cabine de votação – fez com que a vitória do marechal fosse fácil.

Em 1914 voltou o "café-com-leite": o senador mineiro Venceslau Braz Pereira Gomes foi candidato único. O mesmo se passou com Rodrigues Alves, eleito para seu segundo mandato em 1918. Vítima pela gripe espanhola, ele renunciou em favor de seu vice, o mineiro Delfim Moreira.

Em 1919, o senador Rui Barbosa sairia derrotado novamente ao enfrentar o senador paraibano Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa. Já em 1922, o governador mineiro Arthur da Silva Bernardes venceu o candidato de gaúchos e cariocas. Na sucessão, o senador Washington Luís Pereira de Souza, ex-governador de São Paulo, venceria o pleito de 1926.

O último eleito pela "política do café-com-leite" foi o então governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. Antes que assumisse, a revolução de 30 derrubou Washington Luís e, com ele, a República Velha.

### HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1889-1930

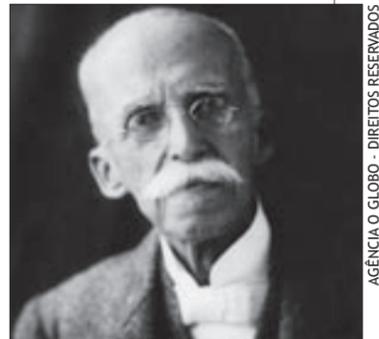
15/11/1889	Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, que assume o governo provisório
21/12/1889	Convocação da Assembléia Constituinte
24/2/1891	Promulgação da primeira Constituição republicana
25/2/1891	Eleição pelo Congresso: eleitos o presidente da República, marechal Deodoro, e o vice, marechal Floriano Peixoto
3/11/1891	Deodoro dissolve o Congresso e decreta estado de sítio
23/11/1891	Deodoro renuncia à Presidência; assume Floriano Peixoto
1894-1896	Governo do paulista Prudente de Moraes, que se afasta, em 10/11/1896, por motivo de saúde
1896-1897	Durante cerca de quatro meses, assume o vice, o baiano Manuel Vitorino, que se empenha em derrotar os habitantes de Canudos
1897-1898	Em 3/3/1897, Prudente de Moraes reassume a Presidência
1898-1902	Governo do paulista Campos Sales, início da política do "café-com-leite", a hegemonia de paulistas e mineiros na Presidência
1906-1909	Governo do mineiro Afonso Pena, que falece em 14/6/1909
1909-1910	Assume o vice, Nilo Peçanha, para completar o mandato
8/9/1915	Assassinato do senador gaúcho Pinheiro Machado no Rio de Janeiro
14/11/1918	Rodrigues Alves, eleito para um segundo mandato, convalesce de gripe espanhola e decide passar o mandato para seu vice
1918-1919	Governo do mineiro Delfim Moreira, primo de Venceslau Braz, que assume para convocar novas eleições
1926-1930	Governo do "fluminense" Washington Luís, cuja carreira política fora feita em São Paulo
7/9/1926	Reforma da Constituição é promulgada e fortalece governo central
1/3/1930	Júlio Prestes derrota o gaúcho Getúlio Vargas
26/7/1930	Assassinato de João Pessoa, candidato a vice na chapa derrotada de Getúlio Vargas, é o estopim da Revolução de 30

## Rui Barbosa, expoente do Senado por quase três décadas

Advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta, orador e segundo presidente da Academia Brasileira de Letras, o senador baiano Rui Barbosa de Oliveira foi o maior expoente do Senado brasileiro em todos os tempos.

Eleito para a Assembléia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas linhas fundamentais da Constituição de 1891. Discordando do golpe que levou Floriano Peixoto ao governo, em 1893, foi obrigado a se exilar. Restaurada a ordem no Brasil, retornou em 1895 e assumiu o mandato no Senado, para o qual foi sucessivamente reeleito até à morte.

Candidato a presidente da



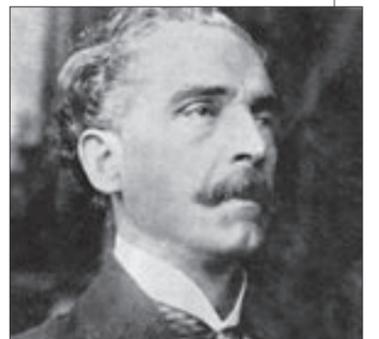
Ao questionar a atitude do marechal Floriano Peixoto, Rui Barbosa foi exilado

República, saiu derrotado nos pleitos de 1910, 1914 e 1919, por nunca contar com o apoio das oligarquias locais, que sempre combateu. Faleceu em 1923.

## Pinheiro Machado, o caudilho assassinado a punhaladas

Ao final da tarde de 8 de setembro de 1915, o senador gaúcho general José Gomes Pinheiro Machado foi assassinado com punhaladas nas costas ao entrar no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro. O nome do mandante foi enterrado, em 1950, com o assassino Manso de Paiva.

Caudilho, manipulou por várias vezes o destino da República. Com a vitória do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, tornou-se o nome mais poderoso da política brasileira de então. Traçou seu caminho rumo à Presidência, mas, em 1914, viu mineiros e paulistas



Machado ficou conhecido também por seus embates políticos no Senado

se decidirem pelo nome de Venceslau Braz, frustrando suas expectativas.

### POLÍTICA DO "CAFÉ-COM-LEITE"

ELEIÇÕES	PRESIDENTES ELEITOS	CANDIDATOS DERROTADOS
1894	Prudente de Moraes (SP)	-
1898	Campos Sales (SP)	Lauro Sodré (PA)
1902	Rodrigues Alves (SP)	Quintino Bocaiúva (RJ)
1906	Afonso Pena (MG) *	-
1910	Hermes da Fonseca (RS)	Rui Barbosa (BA)
1914	Venceslau Braz (MG)	Rui Barbosa (BA) **
1918	Rodrigues Alves (SP) ***	-
1919	Epitácio Pessoa (PB)	Rui Barbosa (BA)
1922	Arthur Bernardes (MG)	Nilo Peçanha (RJ)
1926	Washington Luís (RJ)	-
1930	Júlio Prestes (SP) ****	Getúlio Vargas (RS)

\* Faleceu em 1909, assumindo o vice, Nilo Peçanha (RJ).

\*\* Apesar de ter desistido da disputa, ainda recebeu 47 mil votos.

\*\*\* Antes de assumir, renunciou por motivo de doença em favor do vice, Delfim Moreira, governador de MG.

\*\*\*\* Não assumiu, em virtude da Revolução de 1930.

## Voz do Leitor

## NEPOTISMO

“De vez em quando o país dá uns suspiros de honestidade e constitucionalidade. Não posso deixar de parabenizar o STF por ter mantido a validade da resolução do Conselho Nacional de Justiça que proibiu a prática de nepotismo no Judiciário brasileiro. Se há competência na parentada, que faça concurso público e seja aprovada, para merecer realmente o cargo. Agora essa lei deve ser aplicada em todos os Poderes, não só no Judiciário.”

**Adriano Neto, de Belém (PA)**

## MERCADO DE TRABALHO

“Senador Paulo Paim, solicito que V. Exa. apresente projetos de lei que incluam no mercado de trabalho os cidadãos com idade superior a 40 anos, os com escolaridade inferior ao ensino fundamental e os que não possuem nenhum tipo de especialização. Esses cidadãos estão fadados a não voltarem mais para o mercado de trabalho e isso é preocupante, pois abala a família e, conseqüentemente, a sociedade.”

**Adão Gomes, de São João de Meriti (RJ)**

## PROUNI

“Parabenizo o governo federal pelo Programa Universidade para Todos. Sugiro que se amplie o acesso para todas as pessoas que desejarem estudar. Afinal, o conhecimento nunca é demais e engrandece o homem.”

**Juliana Funck, de Bragança Paulista (SP)**

## DOCUMENTO PESSOAL

“Sugiro um projeto de lei que proíba a exposição do CPF em contas e taxas, pois

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

é algo muito pessoal.”

**Constantino Machado da Silva, de Cataguases (MG)**

## MINA DE MÁRMORE

“No município de Pio IX, no Piauí, existe uma mina de mármore abandonada. Essa mina possui o segundo melhor mármore do mundo. Solicito que seja feita alguma coisa para aproveitar essa riqueza que possuímos.”

**Marcelo de Alencar Moura Sé, de Parnaíba (PI)**

## DÍVIDA BRASILEIRA

“Sugiro a divulgação a todos os cidadãos brasileiros do valor total da dívida externa e interna do país e do valor que o Brasil paga de juros ao FMI, todos os meses.”

**Elieú Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)**

## EXEMPLO

“Por meio de investidas diplomáticas, a banda U2 incentiva que países ricos e poderosos assinem o acordo do perdão das dívidas com os países mais pobres. Que exemplo! Considero que a música e política possam caminhar lado a lado na solução pacífica dos conflitos.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

“Senadores do Paraná, peço que se unam para lutarem contra a corrupção e a incompetência no Congresso Nacional, a fim de promover o retorno da prosperidade ao país e da fraternidade entre todos os parlamentares.”

**Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)**

## Pergunte ao Senador

## SAÚDE

**Gustavo Freitas Velasco, de Cachoeiro de Itapemirim (ES)**  
“Senador Magno Malta, quais os projetos para melhorar a atual situação de saúde em nosso estado?”

O senador Magno Malta (PL-ES) responde:

Prezado Gustavo, infelizmente, a saúde piorou muito no Espírito Santo. Temos tido sérios problemas com o poder público federal e, por mais que a bancada federal do nosso estado lute de forma permanente, não está conseguindo aprovar nada na área de saúde.

A bancada apresentou uma série de emendas para obras prioritárias nas áreas de saúde e de infra-estrutura, mas não obteve resposta positiva por parte da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que libera os recursos. Ocorre que hoje temos um ministro da Saúde que parece olhar só para Minas Gerais, enquanto a saúde no Espírito Santo já se tornou problema crônico. Mas garanto que continuaremos a pressionar o governo para que nosso estado receba o atendimento que merece.



## FUNDEB

**Edmar Rodrigues dos Santos, de Urbano Santos (MA)**  
“Senador Edison Lobão, com a aprovação do Fundeb, quais são os benefícios na formação e remuneração de professores nas cidades onde as prefeituras não podem pagar nem um salário mínimo aos funcionários da educação?”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Caro Edmar, a Câmara dos Deputados aprovou, em 2 de fevereiro, a proposta de emenda à Constituição (PEC 536/97) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), substituindo o atual Fundef, cujo prazo termina em setembro deste ano. Desde então a proposta tramita no Senado. Com duração de 14 anos, o Fundeb atenderá os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos. O atual Fundef vincula a aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental. Pelo menos 60% do novo fundo serão destinados ao pagamento dos professores. Entre as principais alterações feitas pela Câmara está a que institui o piso salarial nacional para professores, que ainda precisará ser definido em lei ordinária, a ser elaborada pelo Executivo. O novo fundo contará com recursos de impostos e transferências constitucionais de estados e municípios. O texto garante uma complementação da União sempre que o valor mínimo por aluno não alcançar o piso nacional. No primeiro ano de vigência, a União complementará os recursos com R\$ 2 bilhões. No segundo, R\$ 2,85 bilhões; no terceiro, R\$ 3,7 bilhões; e no quarto, R\$ 4,5 bilhões. A previsão é que o Fundeb atenda 47,2 milhões de alunos da educação básica, com investimentos públicos anuais de mais de R\$ 45 milhões, a partir do quarto ano do programa. Como podemos antever, o Fundeb é um avanço importante para a educação do país, e será um instrumento valioso para o melhor equacionamento da questão salarial dos professores, especialmente para aqueles que ganham salários muito baixos.



## Frases

“As coisas estão chegando a um surrealismo tal que, daqui a pouco, o Conselho de Ética vai ter que pedir desculpas”

**Delcídio Amaral**, sobre decisão da Câmara de absolver os deputados Roberto Brant e Professor Luizinho.

“É fato que parte da classe política perdeu a vergonha, mas parte do povo perdeu a capacidade de se indignar e reagir”

**Almeida Lima**, questionando a absolvição dos dois deputados.

“Mulheres, não percam a esperança nem se acomodem”

**Cristovam Buarque**, em discurso no Dia Internacional da Mulher.

“Lula, deixe a rainha e volte da Inglaterra, pois as mulheres do Brasil estão sofrendo”

**Mão Santa**, que acusou o governo Lula de descuidar da saúde feminina.

“Nós não vamos declarar guerra, não vamos transformar 2006 em um ano vermelho, não vamos transformar as relações entre o Legislativo e o Judiciário num duelo à luz do dia”

**Renan Calheiros**, após decisão do TSE a favor da verticalização.

“Se Lula pudesse sair do armário, ele diria exatamente isso”

**Arthur Virgílio**, analisando documento reservado do PT, em que o partido defende intervenção no Banco Central.

“Na próxima campanha eleitoral, o PSDB e o PFL vão dizer horrores do governo do PT e será quase tudo verdade, e o PT dirá a mesma coisa do PSDB e do PFL e será quase tudo verdade”

**Pedro Simon**, defendendo uma restauração da ética na política.

“A sociedade tem de resgatar a confiança no Legislativo e no Judiciário. Nós temos de nos sentir representados”

**Glória Perez**, escritora que, com outras pessoas que tiveram parentes assassinados, entregou a Renan Calheiros proposta para impedir que condenados por crime hediondo possam recorrer em liberdade.

## Foto da Semana

Diversos parlamentares comemoraram na última quarta-feira a promulgação da PEC que determina o fim da verticalização, ao obrigar os partidos a repetir nos estados as coligações nacionais.

Na semana anterior, o TSE decidira que a regra não poderia valer para o pleito de 2006. A polêmica continua, com decisão a ser proferida agora, e definitivamente, pelo Supremo Tribunal Federal



CÉLIO AZEVEDO

# A sexta edição do Fórum Social em debate

A TV Senado exhibe neste fim de semana o *Repórter Senado Fórum Social Mundial*. O programa faz um panorama da sexta edição do maior espaço para debate da democracia e de alternativas às políticas neoliberais do mundo, realizado em janeiro deste ano em Caracas, na Venezuela.

O especial vai apresentar as transformações que estão ocorrendo no mundo e a diversidade de temas e propostas em discussão. Vai mostrar também um pouco da Venezuela, suas características e peculiaridades nos âmbitos político e social.

O *Repórter Senado* será transmitido na sexta-feira, às 22h30, no sábado, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

## Rádio Senado debate verticalização eleitoral

Já na Rádio Senado o destaque é o *Conexão Senado* desta segunda-feira, que colocará em debate, a partir das 12h, a Emenda Constitucional 52. Promulgada na última quarta pelo Congresso, ela acaba com a obrigatoriedade de os partidos políticos repetirem nos estados as coligações eleitorais firmadas em nível nacional – a verticalização.



Tema de programa na TV, Fórum Social Mundial tornou-se o principal espaço alternativo às políticas neoliberais

Ainda não se sabe, porém, se a medida já vale para as eleições deste ano. A decisão será tomada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), provavelmente na próxima semana. Consultado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgou que a verticalização deverá ser aplicada este ano, alegando que as regras não podem ser alteradas até um ano antes de eleições. O ouvinte pode participar do debate pelo

telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).

Já o *Brasil Regional* destaca no domingo, às 8h, o grupo Marimbanda, quarteto cearense que faz um passeio pelos mais variados ritmos brasileiros, como samba, baião, frevo e choro.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado podem ser obtidas em [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

#### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Idéias  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
14h10 - Senado Notícias  
14h30 - Música e Informação  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música e Informação

### SÁBADO

8h - Música e Informação  
9h - Prosa e Verso  
11h - Música Erudita  
12h - Música e Informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e Informação  
22h - Vozes do Século XX  
23h - Música e Informação

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros  
9h30 - Música e Informação  
11h - Música do Brasil (reprise)  
12h - Música e Informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Música e Informação  
17h - Vozes do Século XX (reprise)  
19h - Música e Informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e Informação

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

## Aberto ano letivo do ILB, Unilegis e Interlegis

Em discurso na cerimônia de abertura oficial do ano letivo de 2006, realizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis), o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), disse que os parlamentares precisam reconquistar sua credibilidade junto à opinião pública. Responsável pela aula inaugural, Pedro Simon (PMDB-RS) pregou o fim do sigilo bancário para quem exerce cargo público e para os parlamentares.

Para impedir a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais, Simon defendeu o financiamento público de campanha e a substituição dos programas de televisão produzidos em estúdios por debates ao vivo entre candidatas. Essas,

entre outras medidas destacadas por Simon, como voto distrital e fidelidade partidária, devem integrar uma reforma para restaurar a ética na política.

Simon criticou ainda o presidente Lula e seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, por restrições às investigações parlamentares de denúncias contra seus governos.

– Na próxima campanha eleitoral, o PSDB e o PFL vão dizer horrores do governo do PT e será quase tudo verdade, e o PT dirá a mesma coisa do PSDB e do PFL e será quase tudo verdade – declarou Simon.

Para combater a corrupção, sustentou, é necessário aumentar a profissionalização do serviço público, reduzir o número de cargos em comissão e proibir a nomeação de parentes por parlamentares, juízes e autoridades do Executivo.

Ao abrir a cerimônia, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, afirmou que o ILB e a Unilegis também têm o objetivo de “resgatar valores éticos e o exercício da cidadania”, permitindo que servidores, dirigentes e chefes de gabinetes possam participar de um eficiente processo de capacitação profissional e de desenvolvimento intelectual.”



Efraim Morais (centro), Pedro Simon (E) e Agaciel Maia abrem ano letivo do Legislativo

# Livro analisa discursos de presidentes da Casa

O livro *Palavra de Presidente – Sob o Signo de Rui Barbosa*, do consultor legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, foi lançado na quarta-feira no Salão Nobre do Senado em solenidade com a presença do presidente Renan Calheiros e de quatro ex-presidentes da Casa: José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Edison Lobão (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Editado pelo Senado, a obra reúne os discursos de posse dos presidentes da Casa de 1891 a 2005. João Bosco, mestre em Linguística, contextualiza os pronunciamentos e mostra “como este Congresso e este Senado têm uma existência fundamental para a própria democracia brasileira”.

## Para Café Filho, Senado é “cenáculo da experiência”

Café Filho ocupou a Presidência do Senado em um período ao mesmo tempo conturbado e rico da política brasileira. Em seu discurso, pronunciado em 1954, Café Filho faz um verdadeiro inventário sobre a ação política da instituição.

Afirmou, por exemplo, que a sociedade, ao criá-lo, sempre imaginou o Senado como “um cenáculo da experiência, da ponderação e da austeridade”. Mas defendeu maior integração com a Câmara. Para ele, “não se justifica multiplicidade de iniciativas sobre matérias idênticas, nem diversidade de rumos, nem conclusões colidentes ou antagônicas”.



Organizador do livro *Palavra de Presidente*, João Bosco Bezerra Bonfim é observado por vários dos autores de discursos que analisou

José Sarney classificou a obra como “um subsídio valioso” para o estudo da Presidência do Senado e da história nacional. O presidente Renan Calheiros recomendou o livro a historiadores, estudantes, políticos e a “todos

os brasileiros”.

– Vemos, na palavra de seus presidentes, como o Congresso Nacional resistiu bravamente aos surtos ditatoriais, dentro dos limites possíveis de cada época – afirmou.

## João Goulart propõe reformas estruturais

João Goulart foi o último vice-presidente da República a ocupar compulsoriamente a Presidência do Senado, princípio constitucional que vigorou desde o Império até 1961. Adversário de Jânio Quadros, eleito presidente por outra coligação política, Goulart, em seu discurso no Senado, reafirmou a necessidade das “reformas de base na estrutura econômico-social do país”, que dependeriam do “esforço conjunto do Poder Legislativo e da administração pública.”

## Senado lança livro na 19ª Bienal de São Paulo

O Senado lança nesta segunda-feira, às 18h, o livro *Palavra de Presidente* na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que teve início na última quinta-feira e está sendo considerada um dos três maiores eventos editoriais do mundo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá comparecer ao lançamento.

Para o cientista político Caetano Araújo, autor do prefácio do livro, a leitura iniciada com o eloquente silêncio de Floriano Peixoto permite identificar elementos de permanência e de mudança, assim como a resposta às demandas institucionais, políticas e partidárias.

### Conheça o Senado

## Senadores atentos ao consumidor

Nesta terça-feira, 15 de março, é comemorado o Dia Internacional do Consumidor. Há um ano, o Senado também passou a dar maior atenção ao assunto ao estender à Comissão de Fiscalização e Controle a responsabilidade sobre o tema.

Com 37 projetos de lei do Senado em andamento e outros 19 provenientes da Câmara dos Deputados, assuntos referentes ao consumidor são os que mais chamam a atenção dos parlamentares, que tiveram papel essencial na instituição do Código de Defesa do Consumidor

(CDC), considerado um dos melhores do mundo.

Com 15 anos, o CDC tem conseguido maximizar os direitos dos clientes diante dos fornecedores e das instituições de prestação de serviços.

Segundo o presidente da atual Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), “o código foi um instrumento esclarecedor, além de fornecer as garantias que o consumidor precisa para fazer valer os seus direitos. Além

disso, a comissão tem se mantido atenta para modernizá-lo, desenvolver outros instrumentos e colocá-los à disposição do consumidor, para que o cidadão se sinta amparado e protegido”.

Um dos projetos aprovados no Senado proíbe a veiculação de propaganda enquanto o consumidor aguarda o atendimento por telefone. A prática foi caracterizada como abuso dos fornecedores por deixarem os clientes, propositadamente, ouvindo mensagens publicitárias.



Órgão de defesa do consumidor de Cuiabá fiscaliza cumprimento do Estatuto do Idoso na rodoviária do Despraído

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

#### JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

#### Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Previdência: porque seguro morreu de velho

Fábulas, como a da cigarra e da formiga, e ditos populares como "seguro morreu de velho" relembram a todo instante a importância de ser previdente, de poupar para enfrentar dias difíceis ou para ter uma velhice mais tranqüila.

Além de contarem com a aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – para a qual contribui obrigatoriamente o trabalhador com carteira assinada –, que pode vir a ser insuficiente para atender às necessidades do aposentado, muitas pessoas escolhem adquirir imóveis ou investir em aplicações financeiras como forma de poupar para o futuro. O risco dessa escolha é que aconteçam imprevistos antes de se ter for-

mado um patrimônio suficiente para enfrentá-los.

Outra forma de complementar a renda, proteger a família ou realizar projetos de vida é contratar um plano de previdência complementar. A idéia desse tipo de previdência é juntar a poupança de várias pessoas e investi-la de modo que esses recursos rendam mais do que se aplicados individualmente, e que a soma dos esforços de todos garanta que cada um receba o benefício contratado ou resgate sua contribuição em caso de necessidade.

Assim, já que "dinheiro não nasce em árvore" e "Deus ajuda quem cedo madruga", sendo previdente é possível não se preocupar com o futuro investindo no presente.

## Dicas para escolher um plano aberto

Primeiro, reflita sobre seus objetivos – complementar a aposentadoria do INSS, zelar pelo futuro da família, custear o estudo dos filhos, fazer uma poupança. Analise seu orçamento familiar, se você é isento ou não do Imposto de Renda, sua idade, se contribui com o INSS e a renda com que irá se aposentar. Identificados os objetivos e os dados da sua realidade, fica mais fácil definir o plano adequado. Para qualquer tipo de plano:

- ▶ analise propostas de pelo menos duas empresas diferentes e certifique-se junto à Susep de que estão autorizadas a operar;
- ▶ leia atentamente todo o regulamento e a proposta de inscrição;
- ▶ verifique o período de carência;
- ▶ confira se os valores iniciais de contribuição e dos benefícios, as taxas e percentuais pagos aos gestores e administradores, e os índices e periodicidade de atualização dos benefícios e contribuições estão discriminados na proposta de inscrição;
- ▶ examine a rentabilidade oferecida pelo fundo de investimento do plano;
- ▶ confira se consta do regulamento a devolução dos rendimentos obtidos com a aplicação dos recursos e qual o percentual e índice aplicados na devolução;
- ▶ preencha de próprio punho a declaração pessoal de saúde com respostas corretas e completas (informações incorretas podem impedir-lo de receber o benefício no futuro).

### Informações, leis e projetos

#### Informações

Susep – Superintendência de Seguros Privados  
Tel.: 61 3412-2000  
[www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

#### Legislação

Leis Complementares 108 e 109, de 2001  
Leis 11.196/05, 11.079/04 e 11.053/04  
[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

#### Projetos de lei

**PLSs 349 e 388, de 2003**  
– Respectivamente de autoria dos senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, instituem o Sistema Nacional, o Conselho Nacional e a Superintendência

de Previdência Privada, e dão outras providências, conforme previsto no artigo 192 da Constituição Federal.

**PLS 120/05** – Do senador Rodolpho Tourinho, isenta do Imposto de Renda na fonte e da declaração de ajuste anual os benefícios e resgates de contribuições recebidos de entidade de previdência privada.

Todos os projetos sobre o assunto podem ser consultados nas páginas do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) e da Câmara dos Deputados ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)).



PEDRO FORTES

Tranqüilidade é o objetivo do trabalhador que procura sistema complementar de aposentadoria

## As opções de planos disponíveis

Os planos previdenciários podem ser do tipo fechado – aqueles patrocinados por empresas ou instituídos por associações de classe – ou aberto (contratados de forma individual junto a uma empresa).

### PLANOS ABERTOS

**PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre)** – Nessa modalidade, as contribuições pagas pelos participantes e o rendimento obtido com o investimento dos recursos integram o patrimônio do plano. O participante pode resgatar as suas contribuições e respectivos rendimentos ou convertê-los em renda mensal. Em qualquer caso, o valor do benefício depende do rendimento obtido na aplicação dos recursos, não havendo garantia de remuneração mínima. As contribuições até 12% da renda bruta podem ser abatidas do Imposto de Renda, recolhido por ocasião do resgate ou da conversão em benefício.

**VGBL (Plano Vida Gerador de Benefício Livre)** – Semelhante ao PGBL, esse tipo de

plano tem a vantagem de, falecido o participante, os recursos não integrem o espólio (não incide imposto sobre herança e honorários de advogados) e irem direto para os beneficiários indicados. No VGBL a contribuição não pode ser abatida na base de cálculo do IR, que incide apenas sobre os rendimentos obtidos na aplicação dos recursos e é recolhido por ocasião do resgate ou da conversão em benefício.

**PRGP (Plano com Remuneração Garantida e Performance)** – Nesses planos há garantia de renda mínima, corrigida segundo taxa de juros anual efetiva e índice de atualização de valores previstos no regulamento.

**PAGP (Plano com Atualização Garantida e Performance)** – Também garante renda mínima, mas nesse caso corrigida segundo índice de atualização de valores previstos no regulamento.

**Planos de risco** – São aqueles que podem oferecer os benefícios de pecúlio por morte, pe-

cúlio por invalidez, pensão por morte e renda por invalidez.

### PLANOS FECHADOS OU FUNDOS DE PENSÃO

**Plano de contribuição definida** – As contribuições são fixadas previamente e o participante (empregado) não conhece o valor do benefício futuro. O saldo do plano é composto pelas contribuições do empregado e do empregador somadas aos rendimentos obtidos com a aplicação dos recursos.

**Plano de benefício definido** – O participante sabe o valor do benefício que receberá no futuro, cuja fórmula de cálculo é estabelecida em regulamento. A capacidade de pagar os benefícios é baseada na total solidariedade entre os empregados (participantes) e a empresa, que devem contribuir com o valor necessário para viabilizar o pagamento do benefício.

**Plano misto** – Plano que conjuga características dos planos de benefício definido e de contribuição definida.

## Os benefícios oferecidos ao participante

**Aposentadoria** – Benefício mensal concedido a partir da data em que o participante tenha cumprido as condições do plano.

- ▶ Vitalícia – Paga a partir da data de concessão do benefício até o falecimento do participante.
- ▶ Temporária – Paga temporária e exclusivamente ao participante, cessa com o seu falecimento ou o fim do período contratado, o que ocorrer primeiro.
- ▶ Vitalícia com prazo mínimo garantido – Falecido o participante, a renda é paga aos seus beneficiários até o fim do período contratado.
- ▶ Vitalícia reversível ao beneficiário indicado – Paga vitaliciamente ao participante a partir da data de concessão do benefício escolhida e, após o seu falecimento, ao beneficiário

indicado, também por toda a vida.

- ▶ Vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores – Paga vitaliciamente ao participante e, em caso de falecimento deste, revertida vitaliciamente ao cônjuge e, na falta deste, reversível temporariamente ao(s) menor(es) indicados até que completem a idade de maioria estabelecida no regulamento.

**Aposentadoria por invalidez** – Benefício mensal não programado, recebido pelo participante caso tenha se tornado total e permanentemente inválido.

**Pensão por morte** – Benefício mensal não programado, recebido pelos beneficiários ou sucessores legais em razão de morte, ausência ou desaparecimento do participante.

**Auxílio-doença** – Benefício mensal temporário, recebido

pelo participante em razão de incapacidade temporária para o trabalho. Será pago enquanto perdurar a incapacidade.

**Aposentadoria antecipada** – Possibilita ao participante usufruir a aposentadoria antes de cumpridas as exigências para aposentadoria normal.

**Pecúlio por invalidez** – Importância em dinheiro, paga de uma só vez ao participante em razão de invalidez permanente.

**Pecúlio por morte** – Importância em dinheiro, paga de uma só vez ao(s) beneficiário(s) indicado(s) na proposta de inscrição, em decorrência da morte do participante.

**Observação** – Os benefícios são pagos se previstos no plano e se os fatos geradores ocorrerem durante o período de cobertura e após cumprido o período de carência estabelecido.